

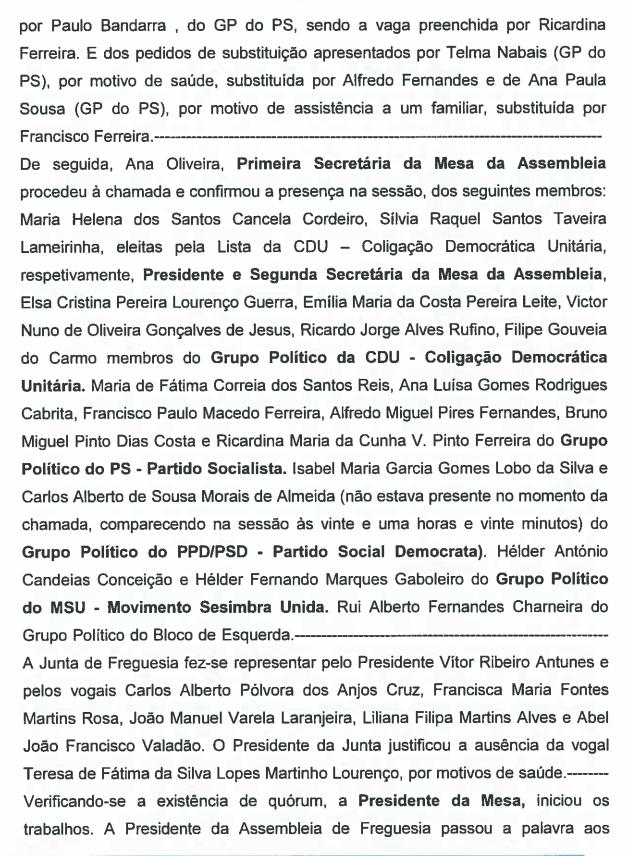
Ata da Sessão da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde



Ata

uma horas, reuniu em sessão ordinária, na sede do Centro Cultural Social e
Recreativo A Voz do Alentejo na Quinta do Conde, a Assembleia de Freguesia da
Quinta do Conde, com a seguinte Ordem de Trabalhos
Ponto Um: Apreciação do Relatório de Atividades de 16 de novembro a 31
de dezembro de 2020
Ponto Dois: Apreciação do Relatório de Atividades de 1 de janeiro a 31 de
março de 2021
Ponto três: Apreciação e Votação da Proposta de Revisão do Regulamento
Geral e Tabela de Taxas da Junta de Freguesia da Quinta do Conde
Ponto Quatro: Apreciação e Votação dos documentos de Prestação de
Contas correspondentes ao ano 2020
Ponto Cinco: Apreciação e Votação da Revisão Orçamental 01/2021
Ponto Seis: Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e
obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, correspondentes ao ano
2020
Ponto Sete: Eleição do vogal para preenchimento da vaga na Junta de
Polito Sete. Lieição do vogal para preencimiento da vaga ha odina de
Freguesia
Freguesia
Freguesia Ponto Oito: Informações
Freguesia Ponto Oito: Informações A Presidente da Mesa iniciou a sessão, saudando a presença do público que se
Freguesia Ponto Oito: Informações A Presidente da Mesa iniciou a sessão, saudando a presença do público que se inscreveu previamente para participar nos trabalhos informando que em
Ponto Oito: Informações
Ponto Oito: Informações
Ponto Oito: Informações————————————————————————————————————
Ponto Oito: Informações————————————————————————————————————
Ponto Oito: Informações————————————————————————————————————







membros da Assembleia que pretendessem intervir em relação às propostas de atas em apreciação, designadamente, as atas das Sessões de nove e dez de junho de 2020, de 23 de setembro de 2020 e de 27 de novembro de 2020. Pediu a palavra o Deputado Hélder Conceição (GP do MSU) que após cumprimentar todos os presentes, alertou para o facto de ainda não estarem publicadas no site da Junta as atas já aprovadas pela Assembleia. A Presidente da Assembleia justificou a situação referida, considerando que permanecem em falta parte das assinaturas dos membros da Assembleia que participaram nas Sessões, apelando, para no final dos trabalhos não saírem da sala sem proceder à sua assinatura. Na ausência de mais pedidos de palavra, passou-se à votação das atas acima referidas. As mesmas foram todas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado Carlos Almeida.--De seguida procedeu-se à verificação da correspondência. O Deputado Hélder Gaboleiro (GP do MSU) pediu a palavra para assinalar a receção da resposta da AML à Moção Por uma verdadeira mobilidade a pé e em modos suaves na Quinta do Conde, aprovada pela Assembleia.-----Passou-se de seguida ao Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos (PIAC), para o qual não se registaram inscrições do público.---A Presidente da Mesa realizou a conferência dos documentos da Sessão enviados por correio eletrónico e entregues às bancadas em suporte de papel de acordo com o que ficou estabelecido na Conferência de Representantes, onde também se decidiu a dispensa da leitura dos documentos apresentados pelos Grupos Políticos para apreciação e votação no PAOD, tendo em consideração os oito pontos da Ordem de Trabalhos da Sessão. Contudo, a Mesa da Assembleia propôs que se lesse o Voto de Pesar pelo falecimento de João Miguel Vaz Rato Carreta, tratando-se de um fundador e dirigente associativo da Coletividade que acolheu a Sessão da Assembleia. A proposta foi aceite e após a leitura do Voto de Pesar, foi guardado um minuto de silêncio em reconhecimento e em memória de João Miguel Vaz Rato Carreta, António Albino Valério, Jorge Coelho e António Almeida Henriques.--



Para apreciação e votação foram apresentados pelos membros da Assembleia os
seguintes documentos, numerados de acordo com a ordem de entrada nos
Serviços da Assembleia de Freguesia:
Documento número Um – Voto de Pesar – João Miguel Vaz Rato Carreta GP
da CDU (Anexo 1)
Documento número Dois – Voto de Pesar – António Albino Valério GP da
CDU (Anexo 2)
Documento número Três – Voto de Pesar – Pelo Falecimento de Jorge
Coelho GP do PS (Anexo 3)
Documento número Quatro – Voto de Pesar – António Almeida Henriques
GP do PSD (Anexo 4)
Documento número Cinco – Recomendação – Placas de delimitação da
Freguesia GP do BE (Anexo 5)
Documento número Seis – Recomendação – Verificação e atualização do
Plano de Emergência para a Freguesia GP do BE (Anexo 6)
Documento número Sete – Recomendação – Outra Visão de Mobilidade para
a Freguesia GP do BE (Anexo 7)
Documento número Oito – Moção – Construção da Nova Unidade de Saúde
Familiar da Quinta do Conde GP do PSD (Anexo 8)
Documento número Nove - Saudação - Dia Internacional da Mulher, 8 de
Março GP do PSD (Anexo 9)
Documento número Dez - Saudação - 47º Aniversário do 25 de Abril e 1º de
Maio, Dia do Trabalhador GP do PSD (Anexo 10)
Documento número Onze - Recomendação - WC imprescindível no Parque
da Vila GP do PS (Anexo 11)
Documento número Doze - Recomendação - Implementação do Livro de
Reclamações Eletrónico nos Serviços da Junta de Freguesia GP do PS
(Anexo12)
Documento número Treze - Moção - Pela Construção da Nova Unidade de
Saúde na Quinta do Conde GP da CDU (Anexo 13)



Documento número Catorze - Recomendação - Os Valores de Abril e Maio de 1974 GP da CDU (Anexo 14)----Foi concedida a palavra ao GP do PS, pelo qual intervir o Deputado Alfredo Fernandes que após cumprimentar todos os presentes e valorizar a presença do público no contexto de Pandemia em que se vive, apresentou os cumprimentos a todos os membros da Assembleia, transmitidos pelo Paulo Bandarra que por motivos de índole pessoal terminou o seu mandato como membro desta Assembleia. Sobre os documentos, começou por lamentar o falecimento de quatro importantes personalidades. Elencou o sentido de voto do GP do PS sobre os vários documentos. Sobre a Moção, Pela Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde, apresentada pela CDU, disse que iriam votar favoravelmente, atendendo que o assunto é unanime nesta Assembleia. Contudo, referiu que a Moção é pouco rigorosa e contém dados que não correspondem exatamente à verdade. Como exemplo, referiu que tinha dúvidas sobre o valor de um milhão de euros orçamentado para a construção da unidade de saúde mencionado na Moção, pois não encontrou nenhum documento que o suportasse, encontrou apenas um documento do Governo que refere um orçamento de 2,3 milhões de euros e relativamente à comparticipação do POR Lisboa 2020, disse que após consultarem os documentos aprovados verificaram que para a unidade de saúde da Quinta do Conde a comparticipação de 50% é apenas de 100 mil euros, sob um orçamento de obra de 204 mil euros e não de um milhão de euros. Disse, que de facto a demora do lançamento do procedimento pelo Governo coloca em risco os fundos europeus, o que lamentam. Mas recordou a Bancada da CDU o contexto de pandemia em que nos encontramos, o facto da construção do Centro de Saúde de Sesimbra ser um encargo assumido antes da Pandemia e que tudo o que são novos contratos programas, novo investimento no edificado ou a construção de novas unidades de saúde ficaram em suspenso em virtude da deslocação de verbas para o combate à COVID. Disse que não é uma nova unidade de saúde mas a construção de um novo edifício para colmatar o mau funcionamento da atual Unidade. Reconheceu que a Câmara cedeu seis lotes,



mas que não fez mais do que a sua função de se disponibilizar a facilitar a instalação deste tipo de equipamentos. Disse que a Moção refere a disponibilidade da Câmara para trabalhar em parceria com o Governo, mas desconhece-se qualquer compromisso da Câmara em relação a esta Unidade. No entanto sabe-se que a Câmara se disponibilizou a investir 1,4 milhões de euros no Centro de Saúde de Sesimbra. Por isso, perguntou a razão da Câmara Municipal de Sesimbra estar disponível para investir mais no Centro de Saúde de Sesimbra, do que o custo do valor mencionado na Moção para o Centro da Quinta do Conde. Sobre o Serviço de Atendimento Permanente disse que não faz sentido neste momento pandémico, mas a médio prazo faz sentido debater a sua existência, num contexto em que o SNS dispõe do serviço Saúde 24, do sistema de triagem de Manchester das Urgências e de uma cobertura de INEM para apoio hospitalar que não existia anteriormente. Sobre os 15 mil utentes que a Moção refere não terem médico de família, disse que o registado no Portal Cuidados Saúde Primários do SNS contraria esse número, pois verifica-se que do total de inscritos nas duas unidades da Quinta do conde, apenas 4158 utentes não têm médico de família. Relativamente à Petição que foi à Assembleia da República, o Ministério da Saúde ainda não respondeu, é verdade que não está a cumprir o prazo, mas estamos num momento atípico para o Ministério da Saúde. Assinalou a vontade de cooperação do Presidente da Câmara, que não existe em termos de verba. A Câmara de Sesimbra também tem que dizer à população quais são as suas prioridades, pois só em despesas de acessória de comunicação e publicidade, gastaram 900 mil euros em 2019. Disse que em 2022 vai haver a descentralização de competências das Unidades de Saúde para os Municípios, quer estes queiram ou não queiram e que a obra da Unidade de Saúde, muito dificilmente iniciará até ao final deste ano e não vê da parte da Câmara Municipal qualquer preocupação em planear a consecução desta obra. Concluiu afirmando que se para o Governo, a Quinta do Conde não é uma prioridade, muito menos o é para a Câmara Municipal de Sesimbra que inclusivamente avançou para um investimento numa unidade de saúde no Concelho, optando por Sesimbra em



detrimento da Quinta do Conde, uma Freguesia em crescendo de população que necessita de cuidados de saúde crescentes.---Intervir de seguida a Deputada Isabel Lobo da Silva (GP do PSD), que começou por agradecer à Voz do Alentejo o acolhimento da Sessão da Assembleia de Freguesia. Sobre a Recomendação, Placas de delimitação da Freguesia, apresentada pelo GP do BE, referiu que o PSD concorda com a recomendação, no entanto, sugere algumas alterações ao texto do documento, designadamente, no Ponto 2 – Placa de delimitação que se encontra escondida e mal colocada, encontrando-se a placa da Freguesia no início da ponte e a do Concelho no fimda ponte, no sentido de entrada da Quinta do Conde, sugerimos que sejam colocadas as duas no mesmo local. Parece que a Quinta do Conde começa antes de entrar no Concelho de Sesimbra. Na recomendação, sugerimos "Que em todas" as entradas e saídas, da sua área geográfica, sejam colocadas placas de sinalização identificativas e com as inscrições "Bem-vindos à Freguesia da Quinta do Conde e Volte Sempre", com o brasão da Freguesia e, "que as mesmas sejam colocada em locais bem visíveis para toda a população, visitantes e por quem esteja só de passagem" e dar conhecimento à Câmara Municipal de Sesimbra. Sobre a Recomendação apresentada pelo GP do BE, "Verificação e atualização do Plano de Emergência para a Freguesia", disse, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Sesimbra é um plano de carácter geral, sendo elaborado de acordo com as diretivas emanadas da comissão nacional da proteção civil, para enfrentar a generalidade das situações de emergência que ocorram no âmbito municipal e não por freguesias. É objetivo deste plano adequar medidas que visem atenuar os efeitos dos danos humanos e materiais decorrentes de situações de emergência, bem como identificar os meios e recursos mobilizáveis, definir as responsabilidades que incubem aos organismos, serviços e estruturas com competências no domínio da proteção civil, os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos utilizáveis, bem como a definição da estrutura operacional das ações a desenvolver em caso de emergência. Todos os detalhes deste Plano Municipal de



Emergência de Proteção Civil de Sesimbra estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Sesimbra e já tendo sido apresentado pelo Vereador do Pelouro da Proteção Civil, aquando da sua elaboração, numa sessão aberta ao público nesta Junta de Freguesia. O Plano Municipal de Emergência do Município de Sesimbra foi publicado no DR 2º Série de 12 de Setembro de 2019 e tem uma vigência de cinco anos. Na sequência desta recomendação, também consideramos que é necessário o BE conhecer as medidas previstas nesse plano em situações de emergência. Ele está no site da Câmara Municipal de Sesimbra – Proteção Civil e antes de ser aprovado esteve em consulta pública. Sobre a Recomendação do GP do BE "Outra visão de Mobilidade para a Freguesia", sugeriu que o texto da recomendação seja alterado para: "Que promova a possibilidade de efetivação de protocolos com empresas externas que possam instalar na Freguesia, veículos de duas rodas ecológicos (bicicletas e outros), à disposição dos seus habitantes e que facilitem a circulação não automóvel nos seus principais trajetos, nomeadamente no percurso de ligação à Estação de Coina. E para se dar conhecimento à Câmara Municipal de Sesimbra. Sobre a Recomendação WC imprescindível no Parque da Vila, apresentada pelo GP do PS, disse que o PSD concorda plenamente com a necessidade de instalações sanitárias no Parque da Vila. Os utentes do espaço têm que se deslocar aos estabelecimentos de restauração ou superfícies comerciais para usarem as instalações sanitárias que estão destinadas aos seus clientes. Sobre a Moção Pela Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde, apresentada pelo GP da CDU, referiu que a Moção refere a disponibilização de 6 lotes, mas num artigo publicado num Jornal Regional vêm mencionados apenas dois lotes e que gostaria de um esclarecimento sobre esta matéria e a eventual correção dessa informação no texto da Moção. Disse que o PSD também apresenta nesta sessão uma Moção com a mesma pretensão, a necessidade urgente deste equipamento, mas não deixando de mencionar e relembrar que a CDU, faz parte da maioria parlamentar desde 2015, que tem suportado o Governo que agora acusa de incumprimento, aprovando todos os Orçamentos de Estado.-----



A Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Deputado Rui Charneira (GP do BE), elencou o sentido de voto sobre todos os documentos e pronunciou-se sobre as propostas de alteração às recomendações apresentadas pelo seu Grupo Político, afirmando a intenção de manter o texto inicial, bem como as entidades a quem se enviarão para conhecimento caso sejam aprovadas, porque o objetivo das Recomendações é o seu sentido concreto.--De seguida, interviu o Deputado Hélder Conceição (GP do MSU) Disse que acompanhavam o sentimento de todos em relação aos Votos de Pesar. Sobre a Recomendação do GP do BE, relembrou que o MSU tem trabalho feito e apresentado nesta Assembleia sobre a Mobilidade, inclusivamente foi aprovado um documento na última Assembleia apresentado pelo MSU que suscitou a possibilidade de criar um Grupo de Trabalho nesta área. Sobre os documentos apresentados pelo GP do PSD, salientou a Moção sobre o Centro de Saúde tendo em conta o âmbito desta Assembleia. Sobre a Recomendação do GP do PS em relação ao WC no Parque da Vila, consideram um assunto que trazem a esta Assembleia de forma requentada, a par de o MSU o ter sugerido no âmbito do Estatuto de Oposição, tendo o Presidente da Junta elucidado por diversas vezes que não é uma competência da Junta. Ainda assim, questionou o GP do PS se defendiam a utilização deste equipamento pela generalidade da população em condições de higiene e salubridade, se seria gratuito, ou não havendo condições para isso, se seria pago, conforme muitos destes equipamentos que se encontram concessionados e mercantilizados. Sobre o Livro de Reclamações Eletrónico e à sua obrigatoriedade disse que concordavam com o princípio dos serviços de atendimento das Juntas de Freguesia disponibilizarem aos seus utentes o Livros de Reclamações, e sendo o PS useiro e vezeiro em exigir às entidades privadas aquilo que não exige às públicas, saudavam este novo posicionamento do PS. Em relação à discussão em torno da Moção da CDU sobre o Centro de Saúde que consideravam pertinente, disse que na guerra dos números quem fica a perder é a população. O que é facto é que quem não tem acesso a cuidados de saúde na qualidade e quantidade em que deveriam existir é



a população da Quinta do Conde. Disse ainda que não concordavam com a análise de que a pandemia é a panaceia para tudo e que esta não justifica inação. Antes pelo contrário, a pandemia acabou por revelar vulnerabilidades que naturalmente só podiam levar a que houvesse urgência maior em resolver estas questões. Hoje, há muitas pessoas que por falta de diagnóstico atempado de doenças diferentes do COVID19, vão sofrer consequências muito nefastas para a sua saúde. Sobre a Saudação aos Valores de Abril e Maio de 1974, vão votar favoravelmente este documento porque o consideram mais equilibrado na narrativa habitual em relação ao 25 de Abril e ao 1 de Maio. Disse que apresentariam uma declaração de voto para reforçar a visão do MSU sobre a característica da autonomia do Poder Local distinta na visão da CDU e também da visão distinta do MSU na afirmação do Poder Local nas condições de vida dos trabalhadores, não esquecendo os profissionais liberais, os micro, pequenos e médios empresários de base local e regional que lutam hoje, em contexto pandémico com imensas dificuldades, muitas vezes ao lado dos seus trabalhadores para viabilizar os seus negócios.-----Foi concedida a palavra ao Deputado Vitor Jesus (GP da CDU) que agradeceu e saudou a hospitalidade da Voz do Alentejo. Solicitou à Presidente da Mesa um ponto prévio à análise dos documentos uma vez que a CDU foi visada pelo GP do PS em relação à Moção sobre a Unidade de Saúde. Disse que da forma como o PS analisou o documentos, nada disto é verdade. O Governo do PS não disponibiliza as verbas, mas a culpa é da pandemia. Para isto e muito mais situações na opinião do PS. Colocaram em causa todo o documento o que nos leva a pensar que só o vão votar favoravelmente porque temos eleições à porta. Era mais honesto da vossa parte rejeitarem-no se acham que o documento não espelha a verdade. O facto de colocarem em causa o Serviço de Atendimento Permanente espelha a posição do PS sobre os serviços de saúde na Quinta do Conde. Disse que recentemente decorreu uma tribuna pública sobre a Saúde na qual não se recorda de ver algum responsável do PS, o que também demonstra o vosso interesse sobre o problema. Sobre o pedido de esclarecimento da



Deputada Isabel Lobo da Silva, esclareceu que são seis lotes (dois onde está implantado o edifício antigo e 4 correspondentes ao jardim envolvente). Referiu que na reunião da Conferência de Representantes, abordou-se a importância de não politizar o seu teor para que pudessem ser comuns a todas as Bancadas, no entanto tal não aconteceu, talvez porque duas das personalidades eram destacadas figuras políticas do PS e do PSD. Deu como exemplo o primeiro parágrafo do voto de pesar apresentado pelo PSD que diz: "...é com profundo pesar que os sociais- democratas veem partir Almeida Henriques" e no final "O PSD propõe que a Assembleia...", ora, este tipo de redação deve ser evitada quando à partida se pretende que os documentos sejam comum. Por isso, a CDU irá votar favoravelmente os Votos de Pesar apresentados pelo PS e PSD, pois a perda destas duas personalidades está subjacente, mas não subscrevemos a totalidade do seu teor. Em relação à Recomendação do GP do BE sobre placas de sinalética, disse que a sinalização é da competência da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia, logo este documento está desenquadrado do âmbito desta Assembleia. Não está percetível a que sinalética se referem, porque misturam placas, toponímia, sinalética. Vitor Jesus sugeriu a retirada do documento para o reformularem, pois apesar da CDU estar de acordo com a generalidade do documento, este apresenta-se incongruente e pouco esclarecido. Sobre o Plano de Emergência para a Freguesia, solicitou a retirada documento, uma vez que o que é recomendado já está executado, disponível para consulta no site e atualizado até maio de 2022. Em relação ao documento sobre a Mobilidade na Freguesia, referiu que o GP do BE recomenda algumas ações que já estão a ser implementadas, como é disso exemplo o Corredor Pedonal. Sobre a disponibilidade de bicicletas para todos os habitantes, perguntou se sustentaram a recomendação em algum estudo de viabilidade económica e referiu que na eventualidade de vir a ser implementado deveria ser previamente inscrito nas respetivas GOP. Disse que a CDU se revê em algumas propostas e questões do documento, no entanto, a recomendação deveria ter sido apresentada de forma mais responsável e exequível. Em relação à Moção do PSD sobre a Construção



do Centro de Saúde, propôs que no parágrafo deliberativo se substituísse "solicitar" por "exigir", alteração aceite pelo GP proponente. Saudou a presença de representantes do PSD na Tribuna Pública na qual em conjunto, utentes do SNS e autarcas debateram e exigiram melhores condições de saúde para a população. Em relação à Saudação do PSD ao 47ª Aniversário do 25 de Abril e ao 1ª de Maio, propôs a retirada da totalidade do 6º parágrafo e a alteração do 11º parágrafo, que a ser aceite ficaria com a seguinte redação: "Neste 47º aniversário do 25 de Abril, exigimos e continuamos a exigir que o País seja uma autêntica democracia e tenhamos vontade de aprender com os portugueses a encontrar soluções", por considerarem que estes parágrafos não acrescentam nada ao documento. Sobre o documento do GP do PS - WC Imprescindível no Parque da Vila, começou por recomendar ao membros da bancada do PS a leitura da Revista da Câmara Municipal que criticaram na sua intervenção. Se o fizessem, sabiam que o Parque da Vila irá ser beneficiado com um novo equipamento municipal, que certamente terá instalações sanitárias. Criticou o facto do PS insistir em trazer à Assembleia a proposta do WC, com moedas, sem moedas, mesmo sabendo que não é competência da Junta a sua construção, mais uma vez, sem esclarecer quem fará a manutenção e a vigilância do WC. Lembrou que o WC do café existente no Parque da Vila, são de uso público e o acesso é propositadamente exterior e que, junto ao Parque existe o Polo de Leitura que é não estando os utilizadores do Parque equipamento municipal, completamente desapoiados em caso de necessidade de utilizar um WC. Ainda assim, disse que a CDU votaria favoravelmente caso o PS concordasse com em alterar o parágrafo deliberativo, conforme a seguinte proposta: "Recomendam ao executivo da Junta de Freguesia no âmbito da cooperação institucional com a Câmara Municipal de Sesimbra, venha a concretizar a construção de WC públicos de acesso livre conjuntamente com a obra que se prepara para vir a acontecer do Spot Jovem no mesmo Parque." Proposta de alteração que não foi aceite pela bancada proponente. Em relação ao Livro de Reclamações Eletrónico, Vitor Jesus, perguntou, quantas Juntas de Freguesia de gestão PS têm Livro de

Página 12



Reclamações Eletrónico? Num Universo de três mil freguesias, apenas quarenta e oito cumprem a Lei modestamente, tendo em conta que a CDU não detém a maioria das freguesias, há uma certa curiosidade em saber o nível de incumprimento do PS. Este documento espelha as intenções políticas do PS nesta Assembleia, caso contrário teriam aqui apresentado documentos sobre a construção da escola secundária, da nova unidade de saúde, entre outros. Disse que se a CDU iria abster-se na votação, mas se tivessem em conta a demagogia do PS, votariam contra.--Relativamente às propostas de alteração e retirada de documentos, a Presidente da Mesa começou por ouvir o Deputado Rui Charneira (GP BE) que em relação à Recomendação sobre as Placas de delimitação da Freguesia, apenas concordou em, não dirigir o documento ao Presidente da Junta, uma vez que a intervenção é da competência da Câmara. Mas não retirava o documento porque as placas estavam efetivamente a necessitar de substituição. Sobre o Plano de Emergência disse que pretendia levar o documento a votação e não concordou com a alteração sugerida pelo PSD à Recomendação sobre outra visão de Mobilidade para a Freguesia. Em relação às criticas da CDU ao documento, disse que não contém qualquer intenção de que seja a Junta a adquirir as bicicletas, mas apenas de sugerir que no futuro se tenha em consideração a criação de condições de mobilidade sustentável.----De seguida pronunciou-se Isabel Lobo da Silva (GP PSD), em relação às propostas de alteração da CDU sobre a Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio, tendo concordado em introduzir as propostas de alteração.---Alfredo Fernandes do (GP da CDU) solicitou a palavra para prestar alguns esclarecimentos ao GP do MSU. Disse que o PS trouxe à Assembleia de Freguesia, por duas vezes, o assunto dos WC no Parque da Vila, porque ainda não existem e que a gestão dos WC seria da competência da autarquia sem custos para os utilizadores, num contexto de delegação de competências.-----De seguida foi concedida a palavra ao Presidente da Junta, Vitor Antunes, que saudou todos os presentes, em particular os funcionários da Junta de apoio aos



trabalhos, ao Técnico de contas, Dr. Pedro Prates e ao do Centro Cultural Social e Recreativo a Voz do Alentejo a quem agradeço pela cedência das instalações. Pronunciou-se sobre a placa de sinalética numa das entradas da Quinta do Conde, frequentemente vandalizadas e que a Câmara tem constantemente de reparar. Discordou do número de utentes sem médico de família que o GP do PS indicou "apenas 4158", e que não são os que contam para os profissionais de Saúde, a começar pelo Dr. Armando Brito Sá, coordenador da USF. Disse: Vejam lá se estão com os utentes ou empenhados em atingir os números que melhor vos servem. Disse que ficou ainda mais preocupado quando o GP do PS se referiu à transferência de encargos que o Governo pretende passar para as autarquias, que são da sua responsabilidade e às quais não tem dado resposta, salientando que as palavras utilizadas pelo GP do PS - "quer queiram ou não queiram", são preocupantes e não coincidem com a data que estamos a viver. Também lamentou o discurso de acusar a Câmara Municipal de optar por Sesimbra em detrimento da Quinta do Conde, tal foi usado no passado por outras forças políticas e, felizmente, esse discurso foi corrigido. Questionou se agora seria o Partido Socialista a retomar essa visão? Disse que o Partido Socialista já tinha percebido que a CDU não vai desistir de exigir o Centro Saúde, a Escola Secundária, as obras na Michel Giacometti, o CAO da Cercizimbra, o Lar de Idosos, a Rotunda de Negreiros com ligação à A2, o Quartel da GNR. E reafirmou que de facto não há lugar para dúvidas, a CDU não vai desistir. Era bom que o PS refletisse sobre o facto que julho de 2012, data de conclusão do atual Centro de Saúde é também a data da última obra pública na Quinta do Conde de iniciativa governamental, desde essa data, até ao presente não tem conhecimento de um único tijolo pago pelo Governo. Concluiu a intervenção fazendo menção a que não deviam ter incluído o logotipo da Junta no Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Coelho, uma vez que é um documento de iniciativa da Assembleia na qual a Junta não foi chamada a participar.-----Seguiu-se um intervalo, após o qual se procedeu à votação dos documentos, com os seguintes resultados:--



Documento número Um – Voto de Pesar – João Miguel Vaz Rato Carreta,
aprovado por unanimidade
Documento número Dois - Voto de Pesar - António Albino Valério, aprovado
por unanimidade
Documento número Três - Voto de Pesar - Pelo Falecimento de Jorge
Coelho aprovado por unanimidade
Documento número Quatro - Voto de Pesar - António Almeida Henriques,
aprovado por unanimidade
Documento número Cinco - Recomendação - Placas de delimitação da
Freguesia, aprovado por maioria, 7 votos a favor (PS e BE) e 12 abstenções da
(CDU, PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo15)
Documento número Seis - Recomendação - Verificação e atualização do
Plano de Emergência para a Freguesia, reprovado, 10 votos contra (CDU e
PSD) e 9 Votos a favor (PS, MSU e BE), com Declaração de Voto da CDU
(Anexo16) e do PSD (Anexo17)
Documento número Sete - Recomendação - Outra Visão de Mobilidade para
a Freguesia, aprovado por maioria, 15 votos a favor (CDU, PS e BE) e 4
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU (Anexo19).
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU (Anexo19)
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU (Anexo19). Documento número Oito – Moção – Construção da Nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde, aprovado por unanimidade, com Declaração de Voto do PS (Anexo20).
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU (Anexo19). Commento número Oito – Moção – Construção da Nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde, aprovado por unanimidade, com Declaração de Voto do PS (Anexo20).
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU (Anexo19). Documento número Oito – Moção – Construção da Nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde, aprovado por unanimidade, com Declaração de Voto do PS (Anexo20). Documento número Nove – Saudação – Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, aprovado por unanimidade.
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU (Anexo19). Documento número Oito – Moção – Construção da Nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde, aprovado por unanimidade, com Declaração de Voto do PS (Anexo20). Documento número Nove – Saudação – Dia Internacional da Mulher, 8 de
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU (Anexo19). Documento número Oito – Moção – Construção da Nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde, aprovado por unanimidade, com Declaração de Voto do PS (Anexo20). Documento número Nove – Saudação – Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, aprovado por unanimidade. Documento número Dez – Saudação – 47º Aniversário do 25 de Abril e 1º de Maio, Dia do Trabalhador, aprovado por unanimidade.
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU (Anexo19). Documento número Oito – Moção – Construção da Nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde, aprovado por unanimidade, com Declaração de Voto do PS (Anexo20). Documento número Nove – Saudação – Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, aprovado por unanimidade. Documento número Dez – Saudação – 47º Aniversário do 25 de Abril e 1º de Maio, Dia do Trabalhador, aprovado por unanimidade. Documento número Onze – Recomendação – WC imprescindível no Parque
abstenções (PSD e MSU), com Declaração de Voto do PSD (Anexo18) e do MSU (Anexo19). Documento número Oito – Moção – Construção da Nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde, aprovado por unanimidade, com Declaração de Voto do PS (Anexo20). Documento número Nove – Saudação – Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, aprovado por unanimidade. Documento número Dez – Saudação – 47º Aniversário do 25 de Abril e 1º de



Documento número Doze - Recomendação - Implementação do Livro de Reclamações Eletrónico nos Serviços da Junta de Freguesia, aprovado por maioria com 11 votos a favor (PS, PSD, MSU e BE) e 8 abstenções da CDU-----Documento número Treze - Moção - Pela Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde, aprovado por unanimidade, com Declaração de Voto do PS (Anexo24) do PSD (Anexo25) e do MSU (Anexo26) -----Documento número Catorze – Recomendação – Os Valores de Abril e Maio de 1974, aprovado por unanimidade com Declaração de Voto do MSU (Anexo27). Desta forma deu-se por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.----Conforme o acordado em sede da reunião da Conferência de Representantes, a Presidente da Mesa, propôs à Assembleia a apreciação conjunta dos Relatórios de Atividades da Junta de Freguesia previstos na Ordem de Trabalhos. Não havendo qualquer objeção a este procedimento, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação do Relatório de Atividades de 16 de novembro a 31 de dezembro de 2020 e ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos – Apreciação do Relatório de Atividades de 1 de janeiro a 31 de março de 2021.---A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta que destacou o espetáculo com o Camião da SIC realizado no final de 2020, que permitiu a oportunidade de saudar a população, tendo também em atenção as zonas com menos habitantes, como as Fontainhas, o Casal do Sapo ou o Pinhal do General. O primeiro trimestre de 2021 coincidiu com a fase mais negativa e mortal da Pandemia, o que se refletiu em todos os domínios. No final de janeiro realizaram-se as eleições presidenciais, na qual a Junta de Freguesia, os seus eleitos e os seus trabalhadores se dedicaram com afinco, a par do papel que desempenharam outras entidades como a Proteção Civil da Câmara Municipal.----De seguida, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Deputado Ricardo Rufino (GP da CDU) que disse o seguinte: "Na apreciação ao relatório de catividades de 16 de Novembro a 31 de Dezembro de 2020, a bancada da CDU destaca a iniciativa " Alegria em Segurança" com o camião da SIC que visou



celebrar os 50anos da Quinta do Conde enquanto povoado. Com base em reuniões, com empenho e dinâmica foi possível organizar e trazer este evento de animação por duas vezes à nossa freguesia, percorrendo toda a área da nossa freguesia, iniciativa muito acarinhada pela população. Enaltecemos neste mesmo período a participação do Sr. Presidente na comemoração do 33º Aniversário do Centro Comunitário da Quinta do Conde, onde na sua mensagem saudou os trabalhadores do Centro Comunitário que diariamente protagonizam a tarefa de cuidar e manter viva a esperança... No âmbito da Campanha de incentivo à realização de compras no comércio local, a Junta realizou contactos com os comerciantes da freguesia de forma a esclarecer sobre a campanha e captar participantes. Aqui pergunto ao Sr. Presidente qual o balanço que nos faz desta campanha e quantos comerciantes da nossa freguesia aderiram à iniciativa? Devido às circunstâncias provocadas pela COVI19, não permitir a realização do tradicional almoço de Natal promovido pela Junta de Freguesia, com o objetivo de agradecer o empenho dos seus trabalhadores, a CDU enaltece o encontro de uma alternativa, que expressou o agradecimento do executivo pelo labor desenvolvido num ano complicado como o de 2020, com a atribuição de um cabaz a todos os seus trabalhadores, reconhecendo assim o empenho de todos. Na apreciação ao relatório de catividades de 1 de Janeiro a 31 de Março de 2021, a bancada da CDU, destaca todo o empenho e envolvimento da Junta de Freguesia, membros do executivo, trabalhadores e voluntários, na realização do cato eleitoral para eleger o Presidente da República. O ato que decorreu com toda a organização e segurança, que só foi possível com uma prévia e grande preparação, tendo em conta todas as medidas de segurança, traduzindo-se numa prova muito bem superada por todos. Evidenciamos a celebração do dia Internacional da Mulher em que a junta imprimiu três faixas do Movimento Democrático de Mulheres, colocando-as em diferentes locais da Vila. Em nome da CDU termino a apreciação aos relatórios aqui apresentados saudando o trabalho desenvolvido pelo nosso executivo, assente nos critérios de trabalho, honestidade e competência uma vez mais dando cumprimento aos objetivos



traçados no seu programa. CDU é sinónimo de obra feita e aqui deixo alguns exemplos, para reavivar memórias daquilo que já se fez neste mandato e que em muito contribuiu para elevar a qualidade da nossa freguesia. Quero destacar: A construção do Estádio Multiusos de Areia; O Parque Canino; O Miradouro do Cabeço do Melão. Destacamos ainda o apoio ao associativismo local, com aumento das verbas atribuídas às associações, apoiou-se os Bombeiros Voluntários de Sesimbra. Organizou-se a Festa Medieval, Festa de Natal, Festival do Caracol, Santos Populares, apoiou-se a Feira Festa, o Corso trapalhão, trazendo animação à vila e milhares de participantes a estes eventos, que de certo modo vieram contribuir para o comércio local. O executivo acolheu comissões de utentes da saúde, associações de pais colocando-se ao lado e na linha da frente pela defesa da construção de um novo Centro de Saúde, da construção do Hospital do Seixal e pela construção da Escola Secundária. Meus senhores, teríamos muito mais para enumerar, tudo razões que faz da CDU um projeto político de confiança, virado para as pessoas. A nossa saudação a todo o executivo e ao trabalho desenvolvido." ---O Deputado Hélder Gaboleiro (GP do MSU) destacou no ponto / Economia Local, apraz-nos saber que a sugestão do MSU para alargamento do prazo para o Concurso de Natal, o que permitiu uma maior participação dos comerciantes. Verificamos e saudamos alguma atividade da Junta neste período.-----O Deputado Rui Charneira (GP do BE) questionou sobre o custo do espetáculo com o Carro da SIC.---A Deputada Isabel Lobo da Silva (GP do PSD) disse o seguinte: "Analisando os Relatórios de Atividades de 15 de Novembro a 31 de Dezembro de 2020 e 1 de Janeiro a 31 de Março do corrente ano, o PSD vem mais uma vez lamentar a fraca intervenção e pouca dinâmica da Junta de Freguesia nos apoios sociais, face às necessidades, que perante esta pandemia, também atingiram os habitantes da Quinta do Conde, à semelhança das outras duas Juntas de Freguesia do Concelho, Castelo e Santiago. Esta Pandemia, criou uma crise social aterradora, muitos trabalhadores e empresários viram as suas vidas



destruídas, quer por desemprego, falências ou percas de rendimentos. Os apoios sociais do estado não têm chegado a todos de maneira eficaz, ou simplesmente não chegam. Na Quinta do Conde, o apoio às famílias que se encontram em dificuldades económicas, tem estado a cargo de Instituições, que dentro das suas possibilidades, tem prestado este apoio social, como é o caso do Centro Comunitário, o Grupo Socio-Caritativo Encontra a Esperança, Vidas Unidas e Grupos de ajuda, nas redes sociais. Também foi criada uma onda de solidariedade, à semelhança do resto do País, por alguns estabelecimentos de restauração, designado de "Sopa para todos" que têm prestado um serviço social com o apoio da comunidade e em prol da comunidade. Neste campo da solidariedade, a Junta de Freguesia demonstra uma total ausência, como órgão representativo da Freguesia, deveria, pelo menos, estar mais presente em todos estes apoios comunitários, que em alguns casos têm sido de uma gravidade extrema. Todos estes apoios têm sido amplamente difundidos nas redes sociais e no passa a palavra, dessa forma a Junta deveria ter-se aliado como parceiro directo, reforçando a divulgação, na recolha ou na entrega dos bens às familias que tivessem limitações na deslocação. No entanto, no primeiro parágrafo da página 10, na reunião de Junta, realizada no dia 11 de Fevereiro de 2021, informa que a Junta vai Adquirir 50 CD's da obra "Por terras de Zeca". Todavia e depois da audição dessa mesma reunião, verifica-se que a compra do conjunto de CD's, é a forma que a Junta arranjou para ajudar um casal, que está a passar um momento dificil, como tantos outros, palavras do Sr Presidente. É lamentável que numa Vila com mais de 45.000 habitantes, a Junta se esforce em ajudar um único casal, apesar de ser com a compra de 50 CD's, que ficarão para operações de marchandising, como também mencionou. Não conhecemos o trabalho deste casal, nem se tem a qualidade que o Sr Presidente lhe atribuiu, mas o nome da obra "Por terras de Zeca"é bastante sugestivo para compreender a escolha da autarquia! Relativamente, à reunião de Junta, realizada um mês depois, no dia 11 de Março de 2021, foi deliberado publicar um anúncio de 1/4 de página, numa revista politico-partidária,com um valor de 610€, conforme consta na Acta. Qual é



a vantagem e a utilidade para a Junta de Freguesia em fazer esta publicidade no programa de uma festa partidária? Que beneficios traz à Freguesia esta publicidade? Este valor poderia ter servido para apoiar socialmente a comunidade mais carenciada da Freguesia! Neste e noutros Relatórios de Actividades, o PSD tem verificado que o escultor escolhido pela Junta para realizar as esculturas na Freguesia é sempre o mesmo. Sem dúvida, que o artista, é detentor de um curriculo excepcional, tendo já sido homenageado pela Junta e mora na Quinta do Conde. No entanto e como somos a favor da diversidade e para dissipar qualquer suspeita, o PSD sugere ao Sr Presidente, a abertura de um concurso de talentos para a realização das obras que a Junta se proponha a realizar. Certamente, que poderão surgir propostas também com muita qualidade e dár-se-ia oportunidade a outros artistas com talento que possam existir na Quinta do Conde. Para finalizar, o PSD, enaltece a Junta de Freguesia por criar um posto de trabalho, no âmbito do Contracto de Emprego Inserção +, ao jovem Sandro Mestre, apesar deste, ter optado por aceitar um contacto semelhante na Camara. Também salientamos, a disponibilidade da Junta de Freguesia, na colocação das tendas de protecção à entrada do Centro de Vacinação, apesar de não ser da sua competência".-----O Deputado Alfredo Fernandes (GP do PS), disse que no Relatório de Atividades de 16 de novembro a 31 de dezembro não tinham nada a questionar, porque a atividade se resumiu à vinda do Camião da SIC. Do relatório de 1 de janeiro a 31 de março de 2021, solicitou esclarecimentos sobre a situação relacionada com dois agregados familiares com problemas de acumulação de resíduos em casa, que diligências foram feitas junto da CMS e restantes autoridades? Sobre a reunião com o Diretor da "Kalorias Quinta do Conde" antiga SportCity, perguntou sobre as condições da parceria com a Junta de Freguesia e de um eventual alargamento da parceria a eventuais clubes desportivos, considerando que existe na Quinta do Conde um Grupo Desportivo de Natação que é apoiado pela Junta e pela Câmara Municipal e que desenvolve atividade numa piscina em Fernão Ferro, porque o valor que a Sportcity apresentou era excessivo para a capacidade económica do Clube. A propósito de



Para a resposta às questões colocadas, foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta: Esclareceu que participaram 70 comerciantes da Quinta do Conde no Concurso de Natal. Os espetáculos do Carro da SIC que ocorreram em 28 de novembro e 20 de dezembro de 2021 custaram, 3500 euros e 2400 €, respetivamente e salientou que o cantor Emanuel, dinamizador destes espetáculos, reside na Quinta do Conde. Relativamente aos agregados que acumulam lixo, disse que num dos casos a Junta tomou conhecimento da situação pela comunicação social e que não tem conhecimento da necessidade de alguma intervenção da Junta. Em relação, à idosa, é uma situação mais preocupante e recorrente, em que todas as entidades envolvidas têm tido muita dificuldade em solucionar o problema, desde as autoridades de segurança, aos serviços de saúde local e hospitalar. Relativamente a situações de carência alimentar, é possível que a questão agora levantada e que já foi levada a debate pelo BE à Assembleia Municipal e depois retirada por não ter fundamento, esteja relacionada com um agregado familiar que vive na Quinta do Conde há cerca de dois anos, mas a sua situação tem vindo a ser acompanhada, inclusivamente pelo Centro Comunitário ao nível do apoio alimentar que por vezes a família declina pois não procede ao levantamento dos alimentos. A Administração da Quinta do Perú, solicitou-nos uma reunião, onde se abordaram assuntos relacionados com a venda do Campo de Golf e de alguns espaços a uma empresa chinesa e da incerteza que isso causou aos trabalhadores, problemas de iluminação pública



na Estrada do Perú (que são recorrentes em algumas zonas da Quinta do Conde
e por isso a Junta já interpelou a EDP), a colocação de refletores nos postes que
delimitam a estrada da zona dos peões e pediram colaboração para encontrarem
uma solução de depósito da matéria verde que é recolhida por uma empresa de 6
em 6 meses, sendo certo que vão deixar de poder utilizar o terreno onde
depositam atualmente os resíduos
Em relação ao preenchimento da vaga para emprego no âmbito da inserção de
pessoas portadoras de deficiência, é importante dizer que a inserção destes
trabalhadores requer acompanhamento dos outros recursos humanos. Preocupa-
nos por exemplo a situação do João Favinha, cujo contrato tem validade de um
ano e gostávamos de encontrar uma solução mais estável para o trabalhador,
pois trata-se de uma situação de natureza social
Ponto três da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação da Revisão do
Regulamento Geral e Tabela de Taxas da Junta de Freguesia da Quinta do
Conde
Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta que disse o seguinte: Esta
revisão decorre de um imperativo decorrente das novas imposições legais, isto é
da legislação aplicável. Os valores das taxas mantêm-se. Com exceção da
Hidroginástica que são os valores acordados com a Sport City e posteriormente
com a Kalorias. Acrescentámos os valores da Universidade Sénior e das aulas de
gaita-de-foles Por comparação com a cópia do Regulamento que vos foi enviada,
corrigimos dois erros, ambos no anexo I. O Artigo 3º tinha o número 1 e o número
corrigimos dois erros, ambos no anexo I. O Artigo 3º tinha o número 1 e o número 2 sem qualquer texto. Já vinha assim de 2013. Eliminámos os números ficando
2 sem qualquer texto. Já vinha assim de 2013. Eliminámos os números ficando
2 sem qualquer texto. Já vinha assim de 2013. Eliminámos os números ficando apenas Artigo 3.º. Depois o Artigo 4.º tinha dois número 5. Substituímos o
2 sem qualquer texto. Já vinha assim de 2013. Eliminámos os números ficando apenas Artigo 3.º. Depois o Artigo 4.º tinha dois número 5. Substituímos o segundo 5 por 6. E solicitou a aprovação dos Membros da Assembleia,
2 sem qualquer texto. Já vinha assim de 2013. Eliminámos os números ficando apenas Artigo 3.º. Depois o Artigo 4.º tinha dois número 5. Substituímos o segundo 5 por 6. E solicitou a aprovação dos Membros da Assembleia, assinalando que não se aumentam os valores.
2 sem qualquer texto. Já vinha assim de 2013. Eliminámos os números ficando apenas Artigo 3.º. Depois o Artigo 4.º tinha dois número 5. Substituímos o segundo 5 por 6. E solicitou a aprovação dos Membros da Assembleia, assinalando que não se aumentam os valores. Pediu a palavra Isabel Lobo da Silva (GP do PSD) para questionar sobre a Taxa



Concelhio, não poderá no futuro dificultar a aceitação de maior número de
competências?
Hélder Gaboleiro (GP do MSU) solicitou esclarecimentos sobre os descrito no
anexo ao Regulamento no nº 3 do artº 4º do anexo, designadamente se os
Movimentos de Cidadãos Independentes que como se sabe, extinguem-se logo a
seguir às eleições beneficiam das mesmas condições de acesso à cedência de
instalações da Junta que os Partidos Políticos?
Não havendo mais questões, foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta
para os devidos esclarecimentos. Disse que o Regulamento foi articulado com as
outras duas freguesias do Concelho, dentro das especificidades de cada uma,
pois não fazia sentido que um atestado custasse 2 euros numa e 3 euros noutra
freguesia. Relativamente às condições de cedência de instalações aos
Movimentos de Cidadãos Independentes, não o concretizamos no Regulamento,
mas lendo o artigo pode muito bem ser enquadrado em condições semelhantes à
dos Partidos Políticos. Neste momento já não o podemos alterar, mas como é
possível que nas próximas eleições autárquicas sejam equiparados aos Partidos
Políticos, talvez nem venha fazer falta alterar o Regulamento
Finalizada a discussão, a Revisão do Regulamento Geral e Tabela de Taxas da
Junta de Freguesia da Quinta do Conde, foi colocada à votação, tendo sido
aprovado por maioria com 17 votos a favor (CDU, PS, PSD, BE) e 2 votos contra
do MSU com Declaração de Voto (Anexo28)
Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos: Apreciação e Votação dos
documentos de Prestação de Contas correspondentes ao ano 2020
Sobre esta matéria o Sr. Presidente disse que tínhamos connosco o Dr. Pedro
Prates para o esclarecimento de eventuais dúvidas do foro técnico. Os
documentos de prestação de contas são os instrumentos de natureza técnica, que
descrevem a catividade política e social desenvolvida pela Junta de Freguesia
durante o ano de 2020. A Junta de Freguesia, o órgão executivo da Freguesia
tem a competência de elaborar e aprovar a norma de controlo interno; o inventário
patrimonial e a sua avaliação, bem como os documentos de prestação de contas



a submeter à apreciação da assembleia de freguesia, para a respetiva apreciação e votação, conforme prescreve a alínea e) do n.º1 do art.º16º da Lei 75/2013. De acordo com a j) do n.º1 do art.º18º da referida Lei, é ao presidente da Junta de Freguesia que compete submeter os documentos de prestação de contas à aprovação da Junta de Freguesia e à apreciação e votação da Assembleia de Freguesia. Foi tida em consideração a legislação aplicável. A execução orçamental observa na relação Receita/Despesas, acrescida do saldo da gerência anterior (98.464,35), o saldo de 75.009,13 euros.----Sobre o documento em apreciação, o Deputado Vitor Jesus do (GP da CDU) disse o seguinte: Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde irão votar favoravelmente as contas da Junta respeitante ao exercício de 2020, enaltecendo o saldo positivo significativo, apesar das contingências provocadas pela pandemia, assim como a execução da generalidade das iniciativas contempladas no programa de atividades previstas. Recordando uma expressão utilizada pelo Presidente do Executivo, Vitor Antunes, "(...) as contas submetidas à apreciação da Assembleia não têm teias de aranha(...)". Em suma, as contas aqui apresentadas de forma clara e explicita são motivo de orgulho do trabalho executado pela Chutemos a perfeita noção que o dinheiro disponível e investido nos vários setores sob a intervenção da Junta, assim como o resultado económico obtido, se deveu à boa gestão dos dinheiros públicos, sem prejuízo do investimento, refletindo-se na elevação da qualidade de vida dos Quinta condenses. Num período em que as Autarquias procedem a implementação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, relembramos que apesar de traduzir a defesa dos trabalhadores que a CDU sempre fez na Administração Local, esta medida peca por tardia e injusta, ficando muito aquém do exigido e necessário. Desde 1998 no Governo de António Guterres, que os trabalhadores da Administração Pública viram reconhecido pela aprovação na Assembleia da República este Suplemento que fazia justiça a todos os trabalhadores que exercem profissões de desgaste rápido, estando eles nas mais diversas categorias. Em 2021, foi então que "a montanha pariu um rato", ditado na lei do



Orçamento de Estado o Suplemento que era de Insalubridade Penosidade e Risco, foi amputado como na aprovação inicial, do "Risco" deixando assim uma quantidade enorme de trabalhadores excluídos, onde o risco, a penosidade e a insalubridade convivem de perto no seu dia-a-dia. A CDU entende que os trabalhadores devem ser valorizados pelas difíceis condições de trabalho, quando estas não possam ser extintas na penosidade, insalubridade e risco. Não foi no entanto o que o Governo do Partido Socialista propôs aos trabalhadores e às autarquias que o pretendam aplicar, cingindo assim a quatro setores de atividade, abrangendo apenas um pequeno lote de trabalhadores e excluindo de forma injusta muitos outros, impossibilitando as autarquias de aplicar de forma justa este direito. Neste contexto saudamos a importância da luta dos trabalhadores e das suas organizações sindicais de classe que ao longo de duas décadas lutaram pela implementação deste suplemento, acabando por derrubar a resistência de sucessivos governos e maiorias na Assembleia da República. Não é aceitável que esta medida, para além de chegar após duas décadas de adiamento, sirva ainda para camuflar os problemas que se acentuam na Administração Local e da Administração Pública em geral. Salários reais que se degradam ano após ano: sistema de carreiras destruído em 2008/2009 que implicou extinção dos mecanismos de valorização profissional e progressão salarial; sistema de avaliação desadequado e que mais não visa que impor travões à progressão salarial. Como se não bastasse, os trabalhadores vêm-se amordaçados pelo SIADAP, sistema de avaliação de desempenho dos trabalhadores da Administração Pública. Este método de avaliação, com aplicação de critérios subjetivos, complicados procedimentos burocráticos e um escandaloso sistema de quotas, é uma fonte de constantes discriminações, arbitrariedades e injustiças. O SIADAP foi criado para impedir a progressão e obrigar a que, pelo menos, 75% trabalhadores tenha 10 que esperar anos A Tabela Remuneratória Única salarial, que não é atualizada desde 2009, e cuja evolução na categoria esteve congelada até final de 2017. A revogação do SIADAP é urgente, assim como a sua substituição por um sistema de avaliação



sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize realmente os trabalhadores. A revogação do SIADAP é indispensável para a dignificação e valorização dos trabalhadores da Administração Local, que cumprem um papel determinante para a garantia da prestação de um Serviço Público com qualidade e que dê resposta às necessidades das populações. Este sistema condena os trabalhadores a ficarem quase uma carreira inteira na mesma posição remuneratória. Esta escadaria ingreme é um bom exemplo da miragem de progressão para a esmagadora maioria dos trabalhadores da Administração Pública, que muito dificilmente irão conseguir chegar ao topo da carreira. Nas carreiras em que há 11 níveis remuneratórios e aos quais os trabalhadores, teoricamente, podem aceder, precisam de 110 anos para atingir o topo com este sistema. 110 Anos! O SIADAP é a primeira peça de um 'puzzle' maquiavélico que, na prática, condena os trabalhadores à estagnação nas carreiras e ao congelamento de salários, impedindo-os de progredirem e de aspirarem uma carreira digna, prejudicando igualmente a prestação de um serviço público com qualidade. O SIADAP prejudica seriamente os trabalhadores não lhes permitindo evoluir nas suas carreiras nem valorizar as suas profissões, enquadrando-se numa política que os governos do PS, PSD e CDS têm vindo a promover, de desinvestimento na Administração Pública e nos seus trabalhadores. Felicitamos este Executivo CDU pela defesa da valorização dos trabalhadores da Autarquia e da necessidade de compensar as condições particularmente difíceis inerentes ao desempenho das suas funções .---O Deputado Hélder Conceição (GP do MSU) perguntou se o Sr. Presidente pode confirmar que em 2020 a Junta recebeu da Administração Central cerca de cento e oitenta e sete mil euros, cerca de mais dez mil euros do que o orçamentado inicialmente e se das transferências da Câmara Municipal recebeu cerca 232 mil euros, dos quais só foram executados em cerca de 174 mil euros, ou seja menos 58 mil euros do que aquilo que estava orçamentado. Gostaria de saber se à semelhança do PS, também vai justificar este desvio de receita com a situação pandémica.---



A Presidente da Mesa colocou à votação a continuidade da Sessão por mais
sessenta minutos, o que foi aprovado por unanimidade
O Deputado Rui Charneira do (GP do BE), questionou se a Prestação de Contas
era o que estava planeado ou se foi significativamente alterado devido à situação
Pandémica
Não havendo mais questões, o Sr. Presidente da Junta começou por esclarecer
que as transferências da Câmara Municipal são devidamente honradas
mensalmente. Temos é outra frente de trabalho que é considerar os valores
insuficientes. No entanto, já acordámos valores substancialmente superiores para
o ano 2022. Sobre o impacto do COVID na prestação de contas, obviamente que
foi necessário adaptar-nos às circunstâncias a cada momento. Houve atividades
que não pudemos fazer e outras que fizemos. Contudo, no geral não teve impacto
significativo nas Contas. De seguida o Presidente da Junta passou a palavra ao
Dr. Pedro Prates que resumidamente elencou o processo de adaptação ao novo
sistema contabilístico que é bastante complexo e salientou o empenho das
funcionárias da Junta de acompanham a área contabilística. As contas são claras,
o orçamento na globalidade que transitou de 2019 para 2020 foi de 98 mil euros e
neste momento está nos 75 mil euros, o que não é problemático
O Deputado Hélder Conceição pediu a palavra para voltar a contextualizar a sua
anterior intervenção sobre a suborçamentação resultante das transferências da
Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, em cerca de 58 mil euros abaixo do
valor previsto no Orçamento
Passou-se à votação da Prestação de Contas correspondentes ao ano 2020, que
foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (CDU e PS) e 5 abstenções (PSD,
MSU e BE), com Declaração de Voto do MSU (Anexo29), do BE (Anexo30), da
CDU, que corresponde à intervenção do Deputado Vitor Jesus e do PSD no
seguinte teor: "Foi apresentado hoje nesta assembleia de 16 de Abril de 2021, a
última Prestação de Contas deste executivo eleito em Outubro de 2017. Apesar
do PSD, em tempo útil, ou seja, dia 7 Abril na Conferência de Representantes e
dia 8 de Abril por email à Junta de Freguesia, através da Srª Presidente da Mesa



desta Assembleia, ter solicitado diversos documentos para uma análise mais pormenorizada, tais documentos foram rececionados por mail, as 12.04 horas deste mesmo dia de realização desta Assembleia, 16 de Abril, o que não permitiu aos autarcas do PSD, a sua análise em tempo útil. Mencionamos a Relação de todas as Adjudicações Diretas da Junta de Freguesia efetuadas no ano civil de 2020; os Contratos de publicidade da Junta de Freguesia efetuados no ano civil de 2020; os Apoios da Junta de Freguesia a Instituições, empresários e particulares, na sequência da pandemia Covid-19, efetuados no ano civil de 2020. Estes documentos seriam essenciais para que o PSD, em consciência, pudesse analisar mais detalhadamente estes valores e entidades, que nos documentos contabilísticos entregues, obviamente que não constam. Relativamente às Adjudicações Diretas, o PSD acha que era importante um conhecimento mais aprofundado devido ao elevado número deste tipo de contractos. Quanto aos contractos de publicidade, após nos apercebermos que a Junta de Freguesia, deliberou publicar 1/4 de página na revista do programa da Festa do Avante, no valor de 610€, para este ano de 2021, o PSD pretendia apurar se no ano a que se referem estas contas, ou seja no ano transato, esta publicidade, ou outras suspeitas de financiamento encapotado ao PCP, tinham sido efetuadas. No que concerne, aos apoios a Instituições, empresários e particulares, na sequência da pandemia Covid-19, o PSD, também precisava de mais dados referentes às despesas e donativos, enquadrados nos apoios sociais que Junta prestou. Quanto aos apoios nesta Pandemia como já dissemos e voltamos a afirmar que estes podiam e deviam de ter ido mais além, não podemos esquecer que a Junta de Freguesia traz hoje a esta Assembleia a incorporação do montante de 75.009,13 € no orçamento de 2021. Este fato de não nos terem sido enviados em tempo útil tais documentos inviabilizou uma análise mais cuidadosa que se impunha nesta prestação de contas por parte dos autarcas eleitos do PSD nesta Assembleia. Relembramos que esta atitude de não envio de documentos ou informações, aos Autarcas do PSD, repetiu-se em outras situações deste mandato, desconhecendo-se a razão por tal comportamento. No entanto, tal fato



não vai condicionar o PSD de ter uma posição como sempre teve de coerência. O
PSD votou favoravelmente o orçamento para 2020, mas neste momento e pelas
razões já mencionadas não nos permitiu ter o mesmo sentido de voto. Assim, e
coerentemente com o descrito, a nossa abstenção."
Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos: Apreciação e Votação da Revisão
Orçamental 01/2021
Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta que disse o seguinte: A
distribuição da verba resultante do saldo orçamental de 2020 (75.009,13€)
obedeceu aos seguintes critérios: Reforço nas rúbricas com dotação inicial
previsivelmente insuficiente; Reforço nas rúbricas onde previsivelmente a Junta
mais irá investir. Sendo que os valores são meramente indicativos dado que
através das modificações orçamentais o Executivo pode transferir de umas para
as outras, de entre as criadas, ao longo do ano
O Deputado Alfredo Fernandes do GP do PS, perguntou o que planeiam realizar
com o incremento na rubrica de aquisição de bens e serviços, sobre o motivo do
reforço na rubrica de despesas com fotocópias e com a Festa de Aniversário da
Junta com um incremento significativo comparativamente ao orçamentado
anteriormente.
O Deputado Hélder Gaboleiro (GP MSU) pronunciou-se sobre aspetos
relacionados com a coerência com que o MSU encara a discussão e a votação
destes documentos e o Deputado Hélder Conceição , justificou que o voto do
MSU na Prestação de Contas poderia ser diferente se a Junta de Freguesia
tivesse conseguido negociar o reforço de verbas transferidas pela Câmara
Municipal ainda este ano e não para 2022
O Deputado Vitor Jesus (GP da CDU) congratulou o executivo por esta revisão
orçamental
Para finalizar a discussão da Revisão Orçamental, o Presidente da Junta
salientou que a reafectação da verba de cerca de 75 mil euros é também
the term of the second
importante para concretizar o compromisso com quase duas dezenas de



Uma vez colocada à votação, a Revisão Orçamental 01/2021 foi aprovada por
maioria com 10 votos a favor (CDU e PSD) e 9 abstenções (PS, MSU e BE), com
Declarações de Voto do PSD (Anexo 31) do MSU (Anexo 32)
Ponto Seis da Ordem de Trabalhos: Apreciação do Inventário de todos os
bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação,
correspondentes ao ano 2020
O Presidente da junta referiu que este é um documento técnico e que está ao
dispor, assim como o Dr. Pedro Prates para os esclarecimentos tidos por
necessários
Uma vez que não se registaram pedidos de intervenção, passou-se de imediato
ao Ponto Sete da Ordem de Trabalhos: Eleição do vogal para preenchimento
da vaga na Junta de Freguesia
O Presidente da Junta referiu que propunha o Membro da Assembleia Filipe
Gouveia Carmo para ocupar o lugar de vogal deixado vago no executivo da Junta
de Freguesia. Proposta que foi previamente acordada com o PSD, conforme as
anteriores e que confirma a aposta que temos vindo a fazer na juventude
Procedeu-se à Votação conforme os procedimentos consignados no Regimento,
obtendo-se os seguintes resultados: 13 votos a favor, 2 votos contra e 4 votos em
branco, sendo assim o Filipe Carmo irá tomar o seu lugar de vogal no executivo
da Junta a quem damos os parabéns e certamente desejamos naturalmente um
bom trabalho e uma boa experiencia
Passou-se ao ponto Oito da Ordem de trabalhos – Informações
O Presidente da Junta começou por esclarecer o GP do PS sobre a reunião
ocorrida com a empresa Kalorias, dizendo que a reunião decorreu em janeiro,
numa altura de agravamento da pandemia em que não havia atividade desportiva,
e limitámo-nos na altura a procurar manter os compromissos que tínhamos com a
Sportcity
Disse que a abstenção do PSD na votação das Contas de 2020 pela razão de não
ter recebido no tempo que pretendia, as informações que solicitou, foi
surpreendente. Tratava-se de um vasto pedido de informações, os funcionários da



Junta não deixam de ter de cumprir outras tarefas diárias e, não merecem ser criticados por não terem conseguido responder mais cedo. Por outro lado, a Deputada Isabel Lobo da Silva pertence a uma força política que também está no Executivo da Junta, podendo esclarecer todas as dúvidas diretamente com a Vogal Teresa Lourenço, sem consumir recursos à Junta.-----Solicitou a colaboração dos Membros da Assembleia na elaboração da estratégia local de habitação da Câmara Municipal, participando através do site da Câmara Municipal de Sesimbra.-----A Junta de Freguesia irá participar no Concurso Sesimbra é Peixe.-----O Presidente da Junta saudou ao sargento Hugo Matos, Comandante do Posto da GNR da Quinta do Conde que foi destacado para um novo local.-----Informou que no dia 22 maio irá decorrer mais um prémio de ciclismo juvenil na zona da Boa Água e que no dia 24 de abril, no Anfiteatro da Boa Água irá decorrer a celebração do 25 de Abril com momento musical, intervenções dos autarcas e a condecoração a Jorge Gaspar.-----Informou que o Movimento Associativo foi convidado a gravar uma mensagem áudio sobre as comemorações do 25 de Abril.-----O Deputado Alfredo Fernandes (GP do PS), questionou sobre a situação do COVID na Freguesia e sobre a mitigação do impacto económico, tiveram alguns contactos com os comerciantes para perceber como está a decorrer este período de desconfinamento. E sobre um anúncio publicitário que a Junta de Freguesia adquiriu na Revista da Festa do Avante.-----O Deputado Hélder gaboleiro (GP do MSU), solicitou informações sobre a realização da Feira Festa 2021 e do Festival da Juventude.-----O Deputado Rui Charneira (GP do BE), solicitou informação sobre o número de licenças emitidas pela Junta para cães potencialmente perigosos.-----O Deputado Vitor Jesus (GP da CDU) informou que na 2ª feira seguinte, pelas 17 horas, em frente à Escola Michel Giacometti iria decorrer uma tribuna pública pela Escola Secundária da Quinta do Conde, convidando todos a estarem presentes.--O Presidente da Junta esclareceu que relativamente ao COVID raramente tem



acesso a números da Freguesia, até porque as autoridades de saúde não os divulgam dessa forma. Sentimos naturalmente que a situação está mais preocupante que há um ano atrás através do acréscimos de apoios que são solicitados pelas entidades que estão no terreno a prestar apoio social. Sobre o anúncio da Festa do Avante, o Presidente da Junta esclareceu a Assembleia da transparência do processo. Disse que a proposta foi aprovada pelo executivo e salientou que em anos anteriores houve propostas semelhantes que foram aprovadas por unanimidade e que relativamente à questão levantada pela Deputada Isabel Lobo da Silva do PSD, informava que a vogal Teresa Lourenço, também ela do PSD, tem votado favoravelmente esta publicidade na revista da Festa do Avante, à excepção dos últimos dois anos, que votou contra, que até houve um ano que essa publicidade era relativa à construção da escola secundária. Seguidamente procedeu à leitura da proposta 27/2021 que a seguir se transcreve: " A organização da Festa do Avante (PCP) propôs à Junta de Freguesia da Quinta do Conde a inserção de um anúncio no programa da Festa do Avante do ano em curso, à semelhança do que tem feito em anos anteriores. A Festa do Avante representa um factor único de promoção e divulgação da região e do seu desenvolvimento, com destaque para o serviço público contribuindo decisivamente para o reforço da coesão sócio-cultural das populações concelhias, dos seus direitos, do seu património e do reforço da identidade colectiva das comunidades. É um apoio à cultura portuguesa num momento em que esta mais precisa. É a maior e mais importante realização político-cultural do nosso País. A edição de 2020 representou um alento de vida e esperança para a generalidade dos agentes culturais de Portugal, não apenas os que nela participaram mas todos aqueles que a observaram, retiraram genericamente a conclusão de que não obstante as condições sanitárias vigentes à época era possível realizar, trabalhar, viver...A Festa de Abril como poderosa afirmação dos seus valores que desde sempre a caracterizam, é diferente das suas anteriores edições, mas continuará a afirmar as suas características num espaço de 30 hectares respeitando normas de segurança e serviços adaptados às circunstâncias.Em



consequência, propõe-se que a Junta de Freguesia da Quinta do Conde publique
no referido programa um anúncio de 1/4 de página, no valor de 610 euros, cujo
teor deve privilegiar a defesa do ensino secundário na Quinta do Conde"
Afirmando que certamente o ano eleitoral não é alheio a determinadas
extrapolações destes assuntos para as redes socias. Sobre a Feira Festa, não
existem garantias de se realizar
O deputado Hélder Conceição do (GP do MSU) pediu a palavra para proceder à
leitura de uma Declaração Política Anexo 33. De seguida, a Primeira Secretária
da Mesa da Assembleia Ana Oliveira, procedeu à leitura da Minuta da Ata que foi
aprovada por unanimidade
Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa, agradeceu a participação de
todos na sessão. Encerrou os trabalhos à uma hora e oito minutos do dia
dezassete de abril do ano dois mil e vinte e um
Por ser verdade o constante desta Ata, vai a mesma ser assinada por todos os
membros da Assembleia de Freguesia presentes na sessão, que assim o
desejem, atestando a veracidade dos factos relatados
T _Q
Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro yaux Islandos
Ana Maria Simões Reis de Oliveira
Sílvia Raquel Santos Taveira Lameirinha Silvia Rogel Santos Taveira Saucirula
Elsa Cristina Pereira Lourenço Guerra Jack Shina Cencias Jarent Juan



Emília Maria da Costa Pereira Leite Eucla Le to
Filipe Gouveia do Carmo Filipe Darne
Vítor Nuno de Oliveira Gonçalves de Jesus
Ricardo Jorge Alves Rufino Proceso Sorge Alves My
Isabel Maria Garcia Gomes Lobo da Silva
Carlos Alberto de Sousa Morais de Almeida
Hélder Fernando Marques Gaboleiro Hallor Falna L. Mangues Cha li-of
Hélder António Candeias Conceição
Maria de Fátima Correia do Santos Reis
Alfredo Miguel Pires Fernandes



Francisco Paulo Macedo Ferreira
Ana Luísa Gomes Rodrigues Cabrita <u>Ana Luísa Cabrida</u>
Bruno Miguel Pinto Dias Costa BRUND Costa
Ricardina Maria da Cunha V. Pinto Ferreira Ricardine Ferreira
Rui Alberto Fernandes Charneira 🏎 ೨



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Documentos Anexos à Ata da Sessão da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde





Voto de Pesar João Miguel Vaz Rato Carreta

Faleceu a 30 de janeiro do presente ano um destacado cidadão e uma das figuras mais reconhecidas e acarinhadas pelos nossos conterrâneos quintacondenses.

João Miguel Vaz Rato Carreta nasceu a 07 de março de 1931 em Alter do Chão, distrito de Portalegre. Começou a trabalhar na famosa "Coudelaria de Alter" com apenas doze anos de idade e após ter migrado para a região de Lisboa onde integrou os quadros do Alfeite, foi em 1973 que se deslocou para a freguesia da Quinta do Conde vindo de Almada, nomeadamente da Cova da Piedade. Desde imediato evidenciou o seu espírito de iniciativa e envolvimento na resolução de problemas dos moradores inerentes à época na nossa terra.

Havíamos recebido um homem que se tornaria um dos mais dinâmicos e influentes do movimento associativo popular, voluntário e benévolo, tendo sido fundador e dirigente em várias coletividades da nossa freguesia. Foi membro da Comissão de Moradores do Conde II; fundador e dirigente do antigo Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2; dirigente na Associação para o Desenvolvimento da Quinta do Conde, tendo sido um destacado dinamizador do grupo folclórico e do grupo teatral dessa associação; tendo sido dirigente do Centro Comunitário da Quinta do Conde foi também um dos fundadores do Grupo Coral A Voz do Alentejo, que viria a dar origem mais tarde ao Centro Cultural, Social e Recreativo A Voz do Alentejo na Quinta do Conde, onde teve um contributo fundamental para a construção da sua sede social. Colaborou em várias edições na organização da Feira-Festa da Quinta do Conde e ainda na criação da Associação Cultural Festas da Vila. Apesar de afastado da gestão administrativa, fazia questão de continuar a participar em diversos eventos culturais, nomeadamente com o Grupo Folclórico e Humanitário do Concelho de Sesimbra.

Tendo sido distinguido no ano de 2007 e em 2013, pela Câmara Municipal de Sesimbra e pela Junta de Freguesia da Quinta do Conde com a medalha de mérito municipal e com a medalha de mérito da freguesia respetivamente, foi sem dúvida um dos destacados cidadãos que contribuiu para o desenvolvimento da nossa freguesia e da nossa população.





A Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida a 16 de Abril de 2021, propõe que se delibere:

- Aprovar um voto de pesar pelo falecimento de João Miguel Vaz Rato Carreta, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
- 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

Os eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Dar conhecimento às seguintes entidades:

Câmara Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal de Sesimbra

Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal

Casa do Alentejo em Lisboa

Centro Cultural, Social e Recreativo "A Voz do Alentejo" na Quinta do Conde

Centro Social, Cultural e Desportivo da Quinta do Conde

Associação para o Desenvolvimento da Quinta do Conde

Grupo Folclórico e Humanitário do Concelho de Sesimbra

Comunicação social regional







Voto de Pesar António Albino Valério

De forma a satisfazer a vontade popular de um conjunto alargado de cidadãos residentes na urbanização do Casal do Sapo, à data, pertencente à freguesia do Castelo, foi criado o Grupo Desportivo e Cultural do Casal do Sapo a 12 de Setembro de 1980, contando com a participação e contributo importante de António Albino Valério, tendo sido o primeiro subscritor da fundação desta associação.

Nascido em Fronteira, distrito de Portalegre, a 14 de janeiro de 1932, este destacado dirigente associativo do Casal do Sapo faleceu dia 11 de dezembro de 2020.

Deste destacado morador do Casal do Sapo, ficam as memórias do respeito e apreço entre os conterrâneos daquela localidade bem como junto de todos aqueles que com ele privavam.

Nos últimos quarenta anos, foi um associado ativo e um interventor na vida do Grupo Desportivo e Cultural do Casal do Sapo onde com os seus pares ajudou a dinamizar atividades de cariz desportivo, cultural e social ajudando esta associação a evoluir.

A Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida a 16 de Abril de 2021, propõe que se delibere:

- 1. Aprovar um voto de pesar pelo falecimento de António Albino Valério, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
- 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

Os eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Dar conhecimento às seguintes entidades:

Câmara Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal de Sesimbra

Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal

Grupo Desportivo e Cultural do Casal do Sapo

Comunicação social regional













Voto de Pesar

Pelo Falecimento de Jorge Coelho

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho nasceu a 17 de Julho de 1954, em Contenças, Concelho de Mangualde. Tendo sido criado e crescido em Gare, pequena aldeia de Contenças, iniciou o seu percurso académico no Colégio de Santa Maria e São José — Mangualde.

Estudante de engenharia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, iniciou o seu percurso de militância política antes de 1974, sendo, após o 25 de Abril, um dos fundadores da União Democrática Popular.

Integrou o Secretariado de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE), que conciliou com os estudos académico, prosseguidos em Lisboa, na licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.

Acabaria por se filiar no Partido Socialista em 1982, no qual se manteve até ao dia do seu falecimento.

Em 1983 seria nomeado chefe de gabinete do secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional. Seguir-se-ia uma experiência executiva em Macau, onde desempenhou entre 1988-1989 a função de chefe de gabinete do secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Sociais, Educação e Juventude de Macau, passando posteriormente para o cargo de secretário Adjunto para a Educação e Administração Pública (1989-1991).

Após regressar a Portugal, assumiu em 1992, no PS, o cargo de Secretário Nacional para a Organização, contribuindo significativamente para o sucesso dos socialistas, liderados por António Guterres, nas eleições legislativas de 1995. Assumiu o cargo de











Ministro-adjunto do XIII Governo Constitucional, acumulando a partir de 1997 o cargo de Ministro da Administração Interna. Nesta função, destaca-se, por exemplo, a Criação do conceito Loja do Cidadão, em conjunto com o seu secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia.

Com nova vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas de 1999, no qual foi o cabeça de lista à Assembleia da República pelo Distrito de Setúbal, assume o cargo de Ministro da Presidência e do Equipamento Social, deixando em 2000 a pasta da Presidência e assumindo a função de Ministro de Estado.

Em 2001 apresentou a sua demissão do Governo, na sequência da queda da Ponte Hintze Ribeiro, de Entre-os-Rios, ocorrida a 4 de março desse ano e que retirou fatalmente a vida a 59 pessoas. Na altura, pediu a demissão referindo que "não ficaria bem com a minha consciência se não o fizesse", e, num gesto que demonstra toda a verticalidade política e de carácter que pautou a sua vida, assumiu " a responsabilidade política" e como último gesto governativo ordenou um inquérito ao acidente porque, nas suas palavras, "a culpa não pode morrer solteira".

Após a saída do governo continuou a assumir um papel preponderante no PS, coordenando a campanha eleitoral de 2005, em que o PS venceu com maioria absoluta, e também as eleições autárquicas de 2005. Em novembro de 2006, renunciou ao mandato de deputado e abandonou todos os cargos partidários para se dedicar à sua atividade profissional como empresário.

Desde essa data, desenvolveu a sua carreira profissional, mantendo contudo uma ligação afetiva e política ao Partido Socialista. Mais recentemente, tivemos a oportunidade de presenciar toda a sua qualidade de trato e inteligência política nos Programas Quadratura do Circulo (SIC) e Circulatura do Quadrado (TVI), entre outros.

Jorge Coelho faleceu subitamente no dia 07 de Abril de 2021, na Figueira da Foz, enquanto visitava uma casa na zona turística da cidade.













A Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida no dia 16 de Abril de 2021 propõe que se delibere:

 A atribuição de um voto de pesar pelo falecimento do antigo ministro dos XIII e XIV Governos Constitucionais Jorge Coelho, guardando um minuto de silêncio em sua memória.

O teor deste voto de pesar deverá ser transmitido, endereçando as mais sentidas condolências, à família de Jorge Coelho assim como à Comissão Nacional do Partido Socialista.

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2020

Os Eleitos da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde





VOTO DE PESAR

ANTÓNIO ALMEIDA HENRIQUES

Num ano particularmente difícil para todos os portugueses, é com profundo pesar que os social-democratas veem partir Almeida Henriques, que faleceu no passado dia 4 de Abril, aos 59 anos, vítima de complicações respiratórias decorrentes da Covid-19.

Almeida Henriques era, desde 2013, Presidente da Câmara Municipal de Viseu e seria recandidato nas eleições autárquicas deste ano, cidade onde deixa um legado indelével, tendo mantido sempre uma participação ativa em diversas instituições culturais, sociais e científicas da cidade e da região.

Era também Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Presidente da Secção de Smart Cities da ANMP, Presidente do Conselho Estratégico do Portugal Smart Cities Summit, no âmbito da Fundação AEP, e Presidente do Conselho Geral da Fundação FEFAL - Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais.

Advogado, dedicou grande parte da sua vida ao serviço público. Entre 2011 e 2013 exerceu as funções de Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional do XIX Governo Constitucional, tendo-se destacado no lançamento de programas de política pública como o "Revitalizar" ou o "Valorizar", na reprogramação estratégica e no avanço da execução do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e na aprovação e implementação do pacote de medidas de apoio às famílias endividadas e de disciplina de práticas bancárias abusivas.

Militante do PSD desde 1980, foi deputado à Assembleia da República, nas IX, X e XI e XII Legislaturas e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD entre 2005 e 2007 e 2010 e 2011.

O PSD propõe que a Assembleia de Freguesia, na sua Sessão Plenária de 16 de Abril de 2021, um voto de pesar pelo falecimento de António Almeida Henriques guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem, apresentando as mais sinceras condolências à sua família, Camara Municipal e Assembleia



Municipal de Viseu, Direcção Nacional e Districtal (Viseu) do PSD.

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Os Eleitos do PSD

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida





Recomendação

Placas de delimitação da Freguesia

Sendo a Freguesia da Quinta do Conde uma área geográfica que faz fronteira com várias freguesias. È fundamental e adequado que se sinalize as suas entradas/saídas.

Verificando, atualmente que as principais entradas da Freguesia da Quinta do Conde, dispõem de sinalização de delimitação vandalizada ou mal situada.

Refere-se dois exemplos, em concreto:

- Placa de delimitação vandalizada pintada com dizeres junto aos Bombeiros, Avenida Principal.
- Placa de delimitação que se encontra escondida, no início da Avenida António Xavier de Lima, junto a uma ponte.

Considerando que se encontram definitivamente consagrados os limites da Freguesia.

Considerando que é da competência da Junta de Freguesia a respetiva sinalização.

Entendendo que é necessário tornar a Freguesia mais acolhedora e atrativa para o cidadão comum.

Recomenda-se à Junta de Freguesia da Quinta do Conde:

- Que nas principais entradas da sua área geográfica sejam colocadas placas de sinalização identificativas da Freguesia e com a inscrição "Bem-vindos à Freguesia da Quinta do Conde"
- Que as mesmas sejam colocadas em locais bem visíveis para toda a população.

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

O Eleito do Bloco de Esquerda

Para conhecimento:

Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde Presidente da Camara Municipal de Sesimbra





Recomendação

Verificação e atualização do Plano de Emergência para a Freguesia

Sendo os planos de emergência uma das ferramentas fundamentais em operações de resposta a um acidente grave ou catástrofes naturais que coloquem em causa as vidas, danos ou o ambiente da freguesia e da sua população, é fundamental que os mesmos existam, estejam adequados e principalmente ajustados aos tempos atuais.

"Os Planos de Emergência de Protecção Civil são documentos formais nos quais as autoridades de Protecção Civil, nos seus diversos níveis, definem as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Protecção Civil imprescindíveis à resposta e à reposição da normalidade, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as vidas, a economia, o património e o ambiente.

São, assim, documentos desenvolvidos com o intuito de organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as acções necessárias à resposta, pelo que devem ser simples, flexíveis, dinâmicos, precisos e adequados às características locais. Deverão também permitir antecipar os cenários susceptíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência."

Fonte: site Autoridade Nacional de Proteção Civil, http://planos.prociv.pt/Pages/PlanosEmergencia.aspx

Com a chegada do verão e consequentes abrasamentos, o constante aumento, exponencial do trânsito nas principais vias da freguesia. Podendo, o mesmo, implicar transporte de cargas perigosas, incêndios de veículos, passagens de peões mal colocadas e ainda outras situações imprevistas; assim como a prevenção de terramotos e outras catástrofes naturais, é essencial que a Freguesia disponha de um plano de emergência bem definido.

Assim, recomenda-se à Junta de Freguesia da Quinta do Conde:

- Verificar junto da Proteção Civil se os Planos de Emergência referentes à Freguesia se encontram atualizados;
- Identificar eventuais problemas, principalmente no que concerne aos incêndios (bocas de incendio, outros), Inundações (sargetas devidamente limpas, outros), bloqueios e acidentes de trânsito nas principais avenidas;

- Quais os pontos críticos com maior potencial de risco na Freguesia;
- Quais os projetos da Junta de Freguesia no sentido de reduzir eventuais riscos em caso de efetivas emergências: Campanhas de sensibilização; simulacros em conjunto com outras entidades; inquéritos às empresas privadas e à população em geral; etc.

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

O Eleito do Bloco de Esquerda

Para conhecimento:

Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde

Proteção Civil





Recomendação

Outra visão de Mobilidade para a Freguesia

As alterações climáticas e os problemas ambientais a elas associados, bem como a pandemia do Covid – 19 colocaram de novo na ordem do dia a necessidade de repensar a questão da mobilidade urbana no sentido de promover o uso de meios de locomoção de duas rodas, como as bicicletas simples ou elétricas, em alternativa ao transporte privado.

Em todo o mundo, e mesmo em Portugal, há bons exemplos de reorganização do espaço público e do fomento de práticas de mobilidade suave que ajudam a tornar as nossas vilas ou cidades em espaços mais flexíveis e saudáveis.

Tendo em conta a ausência de declives significativos na morfologia do território na Quinta do Conde, aliada à chegada do verão e da necessidade da maior parte da população em praticar atividades ao ar livre.

Recomenda-se à Junta de Freguesia da Quinta do Conde:

Que promova iniciativas com vista a colocar à disposição dos seus habitantes veículos de duas rodas ecológicos (bicicletas ou outros) que facilitem a circulação não-automóvel nos seus principais trajetos, nomeadamente no percurso de ligação à Estação de Coina.

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

O Eleito do Bloco de Esquerda

Para conhecimento:

Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde

Presidente da Camara Municipal de Sesimbra





MOÇÃO

CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA QUINTA DO CONDE

Em 23 de Julho de 2012, foi inaugurada a Unidade de Saúde da Quinta do Conde, que apesar dos muitos avanços e recuos que o processo conheceu, já não dava resposta aos mais de 25 mil habitantes da Freguesia.

Passados quase nove anos da sua inauguração, a população efectiva da Quinta do Conde, quase que duplicou, estando neste momento estimada em mais de 45 mil habitantes.

A Quinta do Conde é a Freguesia com mais habitantes do Concelho de Sesimbra, onde grande parte da população não tem o acompanhamento médico necessário de saúde primário devido a um reduzido espaço fisico das instalações, à falta de médicos e enfermeiros de familia.

- Sendo que a construção de uma nova Unidade de Saúde é da competência do Governo;
- Sendo que já existe uma candidatura aprovada ao PORLisboa 2020, no valor de 1 milhão de euros, com uma compaticipação de 50% em fundos comunitários;
- Sendo que a demora no lançamento do procedimento poderá colocar em risco fundos comunitários já aprovados, superiores a meio milhão de euros;
- Sendo que a Camara Municipal, já disponibilizou dois lotes de terreno junto ao antigo Centro de Saúde, propriedade da ARS, para a sua construção;
- Sendo que já há um projecto de execução;
- Sendo que continua a haver disponibilidade da Autarquia para a concretização deste equipamento em parceria com o Governo;
- Sendo que a situação é dramática para os cerca de 15 mil utentes da freguesia sem médico de família;



O PSD, lamenta o atraso na construção de um equipamento tão importante de saúde primária para os utentes da freguesia da Quinta do Conde, que só não haverá uma nova Unidade de saúde na Quinta do Conde se o Governo não quiser.

Face ao exposto, os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, na sessão ódinaria realizada no dia 16 de Abril de 2021, vem desta forma solicitar ao Governo o aceleramento na concretização deste equipamento tão necessário para esta Freguesia e assim não desperdiçar o financiamento do FEDER, já aprovado para a sua construção.

Os eleitos do PPD/PSD da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Esta Moção deve ser remetida para:

Primeiro Ministro

Ministério da Saúde

Bancadas Parlamentares da Assembleia da República

Comissão Parlamentar da Saúde na Assembleia da República

ACES Arrábida

USF da Quinta do Conde

Camara Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal de Sesimbra

Juntas de Freguesia do Concelho

Assembleias de Freguesia do Concelho

Comunicação Social Local e Regional





SAUDAÇÃO

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

8 DE MARÇO

Estamos a cento e treze anos de distância das operárias têxteis nova iorquinas que se juntaram, em Fevereiro de 1908, para exigir melhores condições de trabalho, menor carga horária e melhor salário. As mulheres, então, ocupavam os lugares mais baixos na hierarquia de produção, recebiam menos do que os homens, e eram vítimas de assédio e violência sexual no local de trabalho. A proposta de criação do Dia Internacional da Mulher, por Clara Zetkin, em Copenhaga, em 1910, decorre destes protestos.

Estamos a cento e quatro anos de distância das mulheres russas que num país empobrecido pela guerra, se juntaram para exigir pão e paz. O protesto iniciado no dia 8 de Março de 1917, transformou-se numa greve generalizada que parou a maior parte dos sectores de produção, e culminou na abdicação do Czar Nicolau II. Em homenagem a este movimento, foi escolhida esta data para a celebração do Dia Internacional da Mulher.

Em Portugal, a quarenta e seis anos de distância do reconhecimento do Dia Internacional da Mulher pelas Nações Unidas, ainda morre assassinada, vítima de violência doméstica, mais do que uma mulher por mês.

Dos 195 países reconhecidos pelas Nações Unidas, vinte dois são governados por mulheres, que ocupam apenas cerca de 25% dos lugares parlamentares.

A ausência de quotas femininas nos conselhos de administração de empresas públicas ou público-privadas, continua a ser uma dura realidade, denotando-se que não há 50% de mulheres em nenhum corredor de poder.

Nesta crise pandémica, as mulheres da União Europeia foram mais afectadas do que os homens ao nível da perda de rendimentos, do desemprego e da precariedade, conforme mostram indicadores oficiais. Foram ainda expostas a riscos de saúde acrescidos, por representarem a esmagadora maioria dos cuidadores, formais e informais.

Os efeitos colaterais da pandemia podem ser extremamente violentos para todos aqueles que, não tendo sido infetados, são afectados pelo vírus da violência



doméstica, mais vulneráveis no primeiro confinamento decrectado entre 22 de março e 3 de maio do ano passado. O cenário é evidenciado através dos dados divulgados pela APAV, associação à qual foram reportados 683 casos durante o período de isolamento, com contactos reduzidos e um quotidiano trancado entre quatro paredes, em que as vítimas ficaram mais expostas aos agressores.

Mesmo ao nível dos direitos liberdades e garantias, temos assistido, em alguns países europeus, a retrocessos preocupantes em matéria de direitos das mulheres.

Em Portugal, também não tem sido muito diferente, as mulheres continuam com certos direitos ainda muito reduzidos num mercado absorvido pelos homens, apesar de serem uma mais valia em todos os cargos que desempenham.

Os Eleitos do PPD/PSD reunidos em 16 de Abril de 2021, na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde saúdam todas as Mulheres e o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, pela sua dignificação com paridade legal e salarial e todos os direitos laborais consagrados na Constituição da Républica.

Os eleitos do PPD/PSD da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Esta Saudação deve ser remetida para:

Camara Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal de Sesimbra

Juntas de Freguesia do Concelho

Assembleias de Freguesia do Concelho

Comunicação Social Local e Regional





SAUDAÇÃO

47° ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL 1° DE MAIO, DIA DO TRABALHADOR

Pela segunda vez, celebramos o aniversário da conquista da democracia num contexto excepcional e atípico, devido à pandemia que nos tem afectado desde Fevereiro do último ano.

Vários estados de emergência têm sido decretados, dois períodos de confinamento, recolher obrigatório em determinados períodos do dia, proibição de circulação entre concelhos, são medidas que visam mitigar a propagação da Covid-19, que no entanto, têm suspendido o exercício de alguns direitos, liberdades e garantias aos portugueses.

Hoje vivemos na sequência de uma revolução conseguida sem sangue e que nos abriu os caminhos da democracia, todavia, para que os possamos percorrer é indispensável o respeito absoluto das liberdades públicas e pelos direitos cívicos, que vamos vendo infelizmente postos em causa.

Assinalamos mais um aniversário do 25 de Abril com uma crise económica, financeira, social, sanitária e humanitária, onde muitos portugueses perderam os empregos, rendimentos familiares sofreram quedas significativas, empresas com as actidades suspensas e as perspectivas de mudança continuam dependentes da, tão esperada imunidade de grupo, quer seja pela diminuição do número de infectados, quer pelo aumento de vacinados.

Em 47 anos de democracia, os portugueses têm sempre correspondido nas alturas de crise e não será nesta que falharão, assim estejam reunidas as condições, para que a economia possa ter uma retoma, o desemprego diminuir e o poder de compra aumentar.

É essencial que os partidos e os governantes assumam as suas responsabilidades e ponham de parte o clima de ataques demagógicos e irresponsáveis e trabalhem por uma causa maior, que é a recuperação do País e a dignidade dos portugueses.

Esta data não é património de ninguém em particular! É uma conquista de todo um povo e um sinónimo de progresso social. A transformação de um país não decorre somente do seu regime político, a democracia torna a sociedade mais justa e mais partilhada.



O poder local democrático foi também um dos principais patamares obtidos com o 25 de Abril, permitiu às Autarquias a possibilidade de administrar as competências que lhes são específicas através de órgãos representativos eleitos democraticamente.

As Autarquias têm tido, elas também, um papel preponderante no combate a esta pandemia e no apoio ás suas populações, ultrapassando muitas vezes as suas competências

Reconhecemos hoje que muito do que sonhámos ainda não se concretizou e que, apesar de todas as lutas realizadas ainda temos um longo caminho pela frente até alcançarmos uma sociedade mais justa, mais solidária, um País mais competitivo, uma maior vivência democrática e uma maior participação dos Portugueses.

Neste 47º aniversário do 25 de Abril, exigimos e continuamos a exigir que o País seja uma autêntica democracia. E para isso é preciso que se acabem com os mitos, e que, em lugar de termos políticos vanguardistas que defendem grandes slogans e grandes ideologias, tenhamos vontade de aprender com os portugueses a encontrar as soluções.

Da mesma forma, comemorar o 1º de Maio, para além de assinalar a luta dos trabalhadores é também, consagrar os direitos fundamentais da Constituição da República, como o acesso universal ao trabalho, o direito à greve, à contratação colectiva e à liberdade sindical.

O PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida a 16 de Abril de 2021, saúda o 1º de Maio e todos os trabalhadores por uma cultura de respeito entre o trabalhador e o trabalho e a sua luta por uma vida digna e justa e por uma política que combata o flagelo do desemprego e a precariedade, com salários mais justos e condições laborais mais dignas.

Da mesma forma saudamos o 47º aniversário do 25 de Abril esperando que as novas gerações entendam a sua importância para Portugal, manifestando a todos os portugueses solidariedade neste momento excepcionalmente duro.

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Os Eleitos do PPD/PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida

Esta Saudação deve ser remetida para: Camara Municipal de Sesimbra Assembleia Municipal de Sesimbra Juntas de Freguesia do Concelho Assembleias de Freguesia do Concelho Comunicação Social Local e Regional





RECOMENDAÇÃO

WC Imprescindível no Parque da Vila

A sustentabilidade urbana passa por edificar espaços verdes públicos, e promover a sua manutenção.

O Parque da Vila apresenta-se como imagem de marca da nossa terra, e no que toca à sua manutenção, nada temos a apontar. Não obstante, a bancada do Partido Socialista com assento na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, não pode deixar passar a não execução do wc público, já recomendado neste órgão por duas vezes e aprovado por maioria. Logo, é premente a execução desta infra-estrutura, pelo atual Executivo.

O espaço verde com a afluência que este parque tem, deve estar provido deste equipamento, tão necessário aos utilitários do mesmo.

Os residentes da Quinta do Conde procuram neste espaço, momentos de lazer, concertos, festas anuais e atividades de cariz lúdico e desportivo. Mas, quantos de nós já não nos deparamos com a necessidade do uso de um wc? Ou, quantas famílias com crianças pequenas não se vêm obrigadas a recorrer aos wc's dos hipermercados? Todos nós sabemos que essa é uma realidade e necessidade recorrente, dos utilitários do parque.

A situação pandémica que vivemos veio demonstrar a gravidade, desta lacuna. Neste momento, se necessitarmos de ir ao wc de um hipermercado, somos deparados com filas enormes e com tempos de espera superiores ao tempo que é humanamente possível suportar. Não podemos impor aos gestores dos espaços comerciais envolventes ao parque da vila, que façam uma gestão de entradas, de acordo com a natureza da nossa procura.

Esta responsabilidade social é da competência da autarquia local. E tendo em linha de conta esta questão, os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde:



 Recomendam (novamente) ao executivo da Junta de Freguesia que, no âmbito da cooperação institucional com a Câmara Municipal de Sesimbra, reforce o esforço com vista à concretização definitiva de um WC público, de acesso livre, no Parque da Vila da Quinta do Conde

A implantação desta obra irá suprir as necessidades da população e valorizar a zona de lazer com maior afluência na nossa terra.

Os Elementos do PS na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Da presente recomendação, solicita-se que seja dado conhecimento:

- Câmara Municipal de Sesimbra
- Assembleia Municipal de Sesimbra





RECOMENDAÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO DO LIVRO DE RECLAMAÇÕES ELETRÓNICO NOS SERVIÇOS DA JUNTA DE FREGUESIA

O Decreto-Lei Nº74/2017, de 21 de junho estabelece o novo regime jurídico do livro de reclamações, criando o seu formato eletrónico. No âmbito do programa "SIMPLEX+ 2016", o Livro de Reclamações Online traduz-se na disponibilização de uma plataforma digital que permite ao consumidor apresentar reclamações, elogios e submeter pedidos de informação de forma desmaterializada, promovendo-se o tratamento mais célere e eficaz das solicitações e uma maior satisfação dos utentes.

Trata-se de um serviço, que tal como o livro de reclamações físico, obrigatório (Artigo 1°), sendo abrangidos por esta obrigatoriedade todos os fornecedores de bens e prestadores de serviços (Artigo2°), públicos, privados ou de base social-cooperativa, nos quais se incluem as autarquias. Segundo o Parecer 12/05 do Provedor de Justiça, confirmado pela Portaria nº 659/2006, de 3 de Julho da Secretaria de Estado da Administração Pública, "O livro de reclamações constitui, na verdade, um dos mais importantes instrumentos para exercer os direitos constitucionais de queixa, reclamação ou representação (artigo 52.º, n.º 1, da Constituição) dos utentes dos serviços públicos sempre que estes entendam que os serviços ou organismos em causa não prestem devidamente o serviço a que estão obrigados."

Ao efetuar a pesquisa no portal do Livro de Reclamações (https://www.livroreclamacoes.pt), verificamos que, apesar da obrigatoriedade consagrada na Lei, apenas 48 Juntas de Freguesia no país possuem Livro de Reclamações Online, sendo que nenhuma das freguesias que constitui o Município de Sesimbra possui este módulo. Relembrando que, segundo o decreto-lei já mencionado, o incumprimento da disponibilização do Livro de



Reclamações em ambos os formatos incorre numa contraordenação punida com coima que poderá ir até aos 15 mil euros.

O Livro de Reclamações Eletrónico contou, no ano de 2020, com um acréscimo de cerca de 182 mil queixas, mais quase 100 mil relativamente ao ano anterior, algo que se deve em parte à alteração dos padrões de consumo originados pela epidemia do Covid-19, mas também, pela maior sensação de segurança, eficácia e independência do processamento online das queixas apresentadas.

Neste sentido, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia da Junta de Freguesia da Quinta do Conde recomendam ao executivo da Junta de Freguesia da Quinta do Conde que delibere no sentido da implementação do Módulo Eletrónico do Livro de Reclamações na Junta de Freguesia.

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde,

16 Abril de 2021







Moção

Pela Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde

O artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), relativo à saúde, consagra, na sua versão atual, a proteção da saúde como um dever, mas, sobretudo, como um direito de todos, realizado através de um serviço nacional de saúde (SNS) universal, geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito.

Neste mesmo artigo no ponto n.º3 explicita que incumbe ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação e também garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde

Existe uma candidatura aprovada ao PORLisboa 2020, para a construção desta nova Unidade de Saúde, orçamentada em mais de um milhão de euros comparticipados a 50%, e a demora no lançamento do procedimento coloca em risco os fundos comunitários.

Este projeto está previsto para a zona do antigo Centro de Saúde, tendo a Câmara Municipal de Sesimbra cedido para o efeito seis lotes para a sua construção, disponibilizando-se para trabalhar em parceria com o Governo na concretização deste essencial investimento.

É urgente garantir o acesso de todos à saúde na Quinta do Conde, onde mais de quinze mil utentes não têm ainda médico de família atribuído.

As Urgências dos Hospitais de São Bernardo e Garcia de Orta colapsam frequentemente, sendo necessário um Serviço de Atendimento Permanente das 20h às 8h na Quinta do Conde.





A reivindicação da população por um Centro de Saúde tem muitos anos e quando o atual Centro de Saúde foi inaugurado, o próprio Diretor assumiu que as instalações eram pequenas para a população da Quinta do Conde.

Os sucessivos governos têm usado constantemente desculpas e colocado entraves à construção do Novo Centro de Saúde na Quinta do Conde.

São necessárias medidas urgentes para garantir o acesso de todos os quintacondenses a cuidados primários de saúde.

Assim, os eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde reunidos a 16 de Abril de 2021 deliberam:

Reclamar ao Governo e ao Ministério da Saúde:

- O lançamento do procedimento para a construção da nova unidade de saúde na Quinta do Conde:
- A contratação dos médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes técnicos, assistentes operacionais e telefonistas em falta na USF e UCSP na Quinta do Conde:
- 3. A abertura de um atendimento permanente entre as 20h e as 8h.

Os Eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.

Quinta do Conde. 16 de Abril de 2020.

Dar conhecimento:

Presidente da República belem@presidencia.pt

Primeiro-Ministro gabinete.pm@pm.gov.pt

Ministra da Saúde gabinete.ms@ms.gov.pt

Grupos Parlamentares da Assembleia da República

ARSLVT geral@arslvt.min-saude.pt

ACES Arrábida aces.arrabida@arslvt.min-saude.pt

USF Conde Saúde usf.condesaude@arslvt.min-saude.pt

UCSP ucsp.gconde@arslvt.min-saude.pt

Comunicação Social local, regional e nacional







Saudação

Os valores de Abril e Maio de 1974

Comemoramos o quadragésimo sétimo aniversário do 25 Abril e 1º de Maio recordando a luta heroica de anos de resistência e combate ao fascismo, o sacrifício e coragem de gerações de portugueses.

Celebramos o feito destemido dos capitães de Abril que nessa memorável madrugada abriu as portas à liberdade e democracia e aos quais renovamos o nosso apreço e gratidão.

Exaltamos o levantamento popular que brotou nessa manhā libertadora, transformando a ação militar num processo que abriu caminho a uma verdadeira revolução democrática.

Para os portugueses são datas históricas e emblemáticas, que assinalam o fim da ditadura fascista e a conquista da liberdade e democracia.

O 25 de Abril de 1974 permitiu alcançar profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais, consagrando direitos.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

Há quarenta e sete anos retomámos, em liberdade, o direito secular de afirmar a luta pela emancipação social e política dos trabalhadores, contra a exploração e por melhores condições de vida e de trabalho, pelo aumento dos salários, pelo emprego estável e com direitos e pela redução dos horários de trabalho.





Reivindicações centenárias que estiveram na origem do massacre de 1886, de trabalhadores, mulheres e homens, pelas forças repressivas de Chicago e que deu origem ao 1º de Maio. Dia Internacional do Trabalhador, consagrado pelo movimento operário.

Celebrar o 1º de Maio é valorizar a luta de todos os trabalhadores, que com as medidas de austeridade impostas ao longo dos anos, aumentaram o empobrecimento, reduziram salários e pensões, aumentaram o custo de vida, o desemprego, a precariedade e a fragilização das relações de trabalho pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Celebrar o 1º de Maio é lutar pela concretização desses direitos, é afirmar o direito à dignidade de todos os trabalhadores.

As comemorações da Revolução de Abril e do 1º de Maio devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, que dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares, um momento de resistência e luta contra os que agridem a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento.

Portugal continua marcado por uma profunda injustiça na distribuição da riqueza, por baixos salários, precariedade, desregulação dos horários de trabalho, desrespeito pelas profissões e carreiras profissionais, pelo bloqueio na contratação coletiva, pela caducidade e outras normas gravosas da legislação laboral e pela falta de profissionais e degradação dos serviços públicos essenciais como o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, a Justiça e os Transportes, apesar dos avanços registados com a luta dos trabalhadores e com a relação de forças na Assembleia da República.

Mais do que nunca é necessário construir um País mais justo, fraterno, solidário e soberano, com os valores de Abril a nortear o seu desenvolvimento e progresso social.

É indispensável garantir justiça na distribuição da riqueza, o aumento geral e significativo dos salários de todos os trabalhadores, erradicar a precariedade e garantir o pleno emprego com direitos, reduzir o período normal de trabalho e rejeitar a sua desregulação.

É urgente revogar a caducidade e as outras normas gravosas da legislação laboral e repor os princípios do tratamento mais favorável e da renovação automática das convenções.

É emergente defender os serviços públicos e a sua melhoria, nomeadamente, o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, a Segurança Social, a Justiça, a Cultura, a Habitação e os Transportes.







Há que assegurar uma política de justiça fiscal, que alivie os impostos dos rendimentos do trabalho e tribute de forma adequada o capital.

Para todos os que lutaram por Abril, para todos os que o construíram, para todos, incluindo as jovens gerações que ao longo dos anos têm defendido, em conjunto as suas conquistas e mantêm vivos os horizontes de democracia, justiça, progresso e liberdade que Abril abriu, as nossas saudações calorosas.

A Revolução de Abril é património do povo e é património do futuro.

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde saúdam o 47º aniversário do 25 de Abril e o 1º de Maio, todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos, e apela aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e das populações.

Viva o 25 de Abril! Viva o 1º de Maio!

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021.

Dar conhecimento:

Assembleia da República;

Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

Assembleia Municipal de Sesimbra;

Câmara Municipal de Sesimbra;

Assembleia de Freguesia do Castelo;

Assembleia de Freguesia de Santiago;

Comunicação Social Local e Regional.



DECLARAÇÃO DE VOTO

RECOMENDAÇÃO

PLACAS DE DELIMITAÇÃO DA FREGUESIA - BE

O PSD concordou com a ideia proposta pelo BE nesta recomendação, no entanto, sugeriu algumas alterações ao texto do documento:

No Ponto 2 – Placa de delimitação que se encontra escondida e mal colocada, encontrando-se a placa da Freguesia no início da ponte e a do Concelho no fim da ponte, no sentido de entrada da Quinta do Conde, sugerimos que sejam colocadas as duas no mesmo local. Parece que a Quinta do Conde, começa antes de se entrar no Concelho de Sesimbra.

Na recomendação, sugerimos "Que em todas as entradas e saídas, da sua área geográfica, sejam colocadas placas de sinalização identificativas e com as inscrições "Bem vindos à Freguesia da Quinta do Conde e Volte Sempre", com o brasão da Freguesia.

"que as mesmas sejam colocadas sem locais bem visíveis para toda a população, visitantes e por quem esteja só de passagem".

Devido à hostilidade manifestada pelo BE perante os contributos dados pelo PSD:

Devido à declaração do membro do BE que não aceitaria qualquer cooperação do PSD:

Devido à ignorância do membro do BE nesta Assembleia, que não sabe distinguir um contributo de enriquecimento do texto da Recomendação, da política de terra queimada a que está habituado;

O PSD abstém-se na votação desta recomendação, não, por não concordar com o seu propósito, mas sim pelo desrespeito mostrado pelo membro do BE aos membros PSD.

Os fregueses da Quinta do Conde merecem mais respeito!

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta Conde

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida



DECLARAÇÃO DE VOTO RECOMENDAÇÃO

VERIFICAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A FREGUESIA

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Sesimbra é um plano de carácter geral, sendo elaborado de acordo com as diretivas emanadas da comissão nacional da proteção civil, para enfrentar a generalidade das situações de emergência que ocorram no âmbito municipal e não por freguesias.

É objetivo deste plano adequar medidas que visem atenuar os efeitos dos danos humanos e materiais decorrentes de situações de emergência, bem como identificar os meios e recursos mobilizáveis, definir as responsabilidades que incubem aos organismos, serviços e estruturas com competências no domínio da proteção civil, os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos utilizáveis, bem como a definição da estrutura operacional das ações a desenvolver em caso de emergência.

Todos os detalhes deste Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Sesimbra estão disponíveis no site da Camara Municipal de Sesimbra e já tendo sido apresentado pelo Vereador do Pelouro da Proteção Civil, aquando da sua elaboração, numa sessão aberta ao público nesta Junta de Freguesia.

O Plano Municipal de Emergência do Município de Sesimbra, foi publicado no DR 2º Série de 12 de Setembro de 2019 e tem uma vigência de cinco anos.

Na sequência desta recomendação, também consideramos que é necessário o BE conhecer as medidas previstas nesse plano em situações de emergência. Ele está no site da CMSESIMBRA – Proteção Civil e antes de ser aprovado esteve em consulta pública.

O membro do BE, em vez de andar a brincar aos políticos, deveria ter-se informado com os camaradas que anteriormente representaram o partido nesta Assembleia de Freguesia, consultar o site da Camara Municipal de Sesimbra, ou ter solicitado o documento para consultar, antes de vir com demagogias de quem tem preocupação com os fregueses da Quinta do Conde.



O BE tem manifestado nesta Assembleia de Freguesia uma ausência de ideias e conhecimentos da própria Freguesia, por qualquer um dos quatro representantes que se têm sucedido ao longo deste mandato.

Devido ao exposto, o PSD só pode votar contra esta recomendação e aconselha o membro do BE a informar-se melhor.

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta Conde

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida



DECLARAÇÃO DE VOTO RECOMENDAÇÃO

OUTRA VISÃO DE MOBILIDADE PARA A FREGUESIA-BE

O PSD é um partido que, desde há muitos anos, tem contribuído para a defesa do ambiente e no combate às alterações climáticas, revendo-se nesta Recomendação do BE.

O PSD sugeriu uma alteração à redação do texto final da recomendação, como forma de clarificação, visto que a Junta de Freguesia não tem capacidade financeira para a aquisição destes veículos ecológicos, mas, no entanto, pode promover parcerias com empresas externas para a sua colocação.

"Que promova a possibilidade de efetivação de protocolos com empresas externas que possam instalar na Freguesia, veículos de duas rodas ecológicos (bicicletas e outros), à disposição dos seus habitantes e que facilitem a circulação não automóvel nos seus principais trajetos, nomeadamente no percurso de ligação à Estação de Coina."

Mas mais uma vez, o BE manifestou uma prepotência contra os contributos do PSD, voltando a afirmar que não aceita qualquer sugestão do PSD e que vai manter o texto conforme o tinha proposto no documento inicial.

O BE com esta atitude dá mais uma prova de falta de democracia e desrespeito pelos eleitos PSD que foram eleitos democraticamente por sufrágio universal.

Devido ao exposto, a nossa abstenção como forma de protesto a uma atitude antidemocrática do BE.

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta Conde

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida



DECLARAÇÃO DE VOTO DO MSU – Assembleia de Freguesia de dia 16/04/21

PAOD - Documento 7 - Outra Visão de Mobilidade para a Freguesia

O grupo político do MSU abstém-se na votação deste documento, por duas grandes ordens de razões:

- Tendo apresentado um documento numa perspetiva complementar ao tema da mobilidade e a importância que esta terá na reconstrução das comunidades e vivência urbanas de hoje e no futuro, tendo ficado em aberto, inclusivamente, a constituição de um grupo de trabalho para debater o tema, no âmbito da Assembleia de Freguesia, parece-nos que a recomendação do Bloco de Esquerda, pouco mais representa que um bordão da moda da mobilidade;
- 2. Ainda assim, casuisticamente, reconhecemos a pertinência do tema da recomendação, apesar deste ser mormente da iniciativa de operadores privados que, para viabilizar financeiramente a sua operação, não devem constantemente aguardar por subsidiação pública, apesar das práticas de mobilidade sugeridas se revelarem recomendáveis. Mas nada obsta a que sejam os comportamentos individuais sejam incentivados E, aí, achamos que devem ser invetivados os poderes públicos a agir na disponibilização da infraestrutura adequada, que tanto tarda ou é executada de forma deficiente, na ligação pedonal e em modos suaves entre a Quinta do Conde e a estação ferroviária de Coina.

Sem termos que nos imiscuir em casa de *outrem*, o Bloco de Esquerda poderia ter aproveitado para poder questionar o executivo da Junta de Freguesia sobre a sua opinião, em relação à construção e finalização de alguns troços do corredor pedonal da Quinta do Conde, onde os lugares de estacionamento criados para automóveis têm mais do dobro do espaço, em relação ao suposto *corredor* destinado ao trânsito de peões.

Os eleitos pelo MSU.

Hélder Gaboleiro

Hélder Conceição





DECLARAÇÃO DE VOTO

RELATIVA À VOTAÇÃO NO DOCUMENTO DO PAOD 8 – CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA QUINTA DO CONDE

Os representantes do Partido Socialista da Quinta do Conde têm, desde sempre, apoiado a solução de construção, com carácter de urgência, de uma nova Unidade de Cuidados de Saúde Primários na Quinta do Conde que venha alocar a equipa da UCSP da Quinta do Conde, permitindo a integração de mais recursos humanos, concretamente Médicos e Enfermeiros de Família, que deem resposta às necessidades da população da Quinta do Conde.

Contudo, o Partido Socialista não pode deixar de referir que o documento apresentado pela bancada do PSD, sob o titulo "CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA QUINTA DO CONDE" apresenta na sua formulação um conjunto de dados que não correspondem aos factos existentes, assim como uma mistura de temas e argumentos que pretendem, no nosso ver, apenas retirar proveitos políticos por parte da bancada proponente e da sua força política contra o Partido Socialista, enquanto Partido de Governação Nacional com a Tutela da Saúde.

Neste sentido o Partido Socialista informa:

- A Candidatura aprovada no Programa PORLISBOA 2020 para apoio comunitário para a construção da referida Unidade de Saúde (LISBOA-06-4842 FEDER 00093) é de 50% de 204.026,34 €, e não de 1M de € como refere o documento apresentado.
- Os Lotes disponibilizados para a construção são apenas propriedade da ARS, não da Câmara Municipal.
- O número de utentes sem médico de família, recenseados na Quinta do Conde é de 4158 (dados Transparência SNS) e não de 15.000. Relativamente a este dado referir que existem 16.490 utentes com Médico de Família recenseados nas Unidades de Saúde da Freguesia.

Relativamente a este tema, o Partido Socialista ainda refere:

Apesar da mensagem amplamente divulgada pelos seus meios de comunicação, o
 Executivo CDU ainda não concretizou de que forma, nomeadamente financeira, está

- disposto a comparticipar a construção do Centro de Saúde da Quinta do Conde, tal como fez com o Centro de Saúde de Sesimbra.
- O atraso no lançamento do caderno de encargos desta obra, que naturalmente os eleitos do PS lamentam, decorre naturalmente das contingências extraordinárias decorrentes da crise sanitária do COVID19, a qual o Ministério da Saúde tem sido o principal agente, a para da DGS, de gestão.
- O Partido Socialista tem, desde sempre, estado na linha da frente na construção e reabilitação das unidades de saúde do concelho, tal como com a nova USF na freguesia de Santiago, fruto do excelente trabalho da Vereadora do PS Cláudia Mata, que geriu o pelouro da Saúde até 2017 e a qual teve uma influência determinante na assinatura do protocolo entre CMS e ARS para a construção dessa unidade.

Os Eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde 16 de Abril de 2021



DECLARAÇÃO DE VOTO RECOMENDAÇÃO WC PARQUE DA VILA- PS

O PSD concorda plenamente com a necessidade de instalações sanitárias no Parque da Vila.

Os usuários do espaço têm que se deslocar aos estabelecimentos de restauração ou superficies comerciais para usarem as instalações sanitárias que estão destinadas aos seus clientes.

No entanto, percebemos os constrangimentos da colocação deste equipamento de suporte, que carece de manutenção permanente.

Contudo, já existem sanitários públicos noutros locais do Concelho e essa manutenção está assegurada.

Terá que haver uma coordenação de esforços entre a Junta de Freguesia e a Camara Municipal.

Pelo exposto, o voto favorável do PSD.

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta Conde

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida



PAOD - Documento 11 - WC imprescindível no Parque da Vila

O grupo político do MSU vota favoravelmente o documento, mas tece as seguintes considerações:

- 1. Este assunto é recorrente, e tendo sido agravadas as razões de prioridade para a sua construção, já o grupo político do MSU o colocou diversas vezes junto do executivo da Junta de Freguesia no momento da intervenção do Estatuto da Oposição; Sendo uma competência da Câmara Municipal, é nestas circunstâncias que o MSU volta a reconhecer que a descentralização de competências não é bem defendida pela Junta de Freguesia, já que estas questões poderiam ser articuladas por um executivo eficiente e operante, exigindo à Câmara Municipal a conquista da resolução subsidiária de questões como esta;
- 2. Sendo um documento apresentado pelo PS, ainda assim não podemos deixar de notar que estas questões de índole pública são cada vez mais mercantilizadas, sobre a capa da necessidade de apresentar boas condições de higiene e salubridade destes espaços. Sendo que é o Partido Socialista que, neste momento, governa Portugal e efetua a gestão de uma parte das infraestruturas do País, quer o MSU explicitar que promove e apoia a construção deste equipamento para que este não tenha encargo diretos para os seus utilizadores. Ao contrário do que aquilo que se tem visto fazer em infraestruturas públicas onde, por exemplo, o contrato de concessão do espaço dá azo a que esta necessidade possa ser mercantilizada. Se dúvidas houvesse, é passar por interfaces de transporte e afins, detidos pelo Estado, com uso e fim público, onde a frequência destes espaços se torna um negócio.

Os eleitos pelo MSU.

Hélder Gaboleiro





DECLARAÇÃO DE VOTO

RELATIVA À VOTAÇÃO NO DOCUMENTO DO PAOD 13 – PELA CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE DE SAÚDE DA QUINTA DO CONDE

Os representantes do Partido Socialista da Quinta do Conde têm, desde sempre, apoiado a solução de construção, com carácter de urgência, de uma nova Unidade de Cuidados de Saúde Primários na Quinta do Conde que venha alocar a equipa da UCSP da Quinta do Conde, permitindo a integração de mais recursos humanos, concretamente Médicos e Enfermeiros de Família, que deem resposta às necessidades da população da Quinta do Conde.

Contudo, o Partido Socialista não pode deixar de referir que o documento apresentado pela bancada da CDU, sob o titulo "PELA CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE DE SAÚDE DA QUINTA DO CONDE" apresenta na sua formulação um conjunto de dados que não correspondem aos factos existentes, assim como uma mistura de temas e argumentos que pretendem, no nosso ver, apenas retirar proveitos políticos por parte da bancada proponente e da sua força política contra o Partido Socialista, enquanto Partido de Governação Nacional com a Tutela da Saúde.

Neste sentido o Partido Socialista informa:

- A Candidatura aprovada no Programa PORLISBOA 2020 para apoio comunitário para a construção da referida Unidade de Saúde (LISBOA-06-4842 FEDER 00093) é de 50% de 204.026,34 €, e não de 1M de € como refere o documento apresentado.
- Os Lotes disponibilizados para a construção são apenas propriedade da ARS, não da Câmara Municipal.
- O número de utentes sem médico de família, recenseados na Quinta do Conde é de 4158 (dados Transparência SNS) e não de 15.000. Relativamente a este dado referir que existem 16.490 utentes com Médico de Família recenseados nas Unidades de Saúde da Freguesia.

Relativamente a este tema, o Partido Socialista ainda refere:

Apesar da mensagem amplamente divulgada pelos seus meios de comunicação, o
 Executivo CDU ainda não concretizou de que forma, nomeadamente financeira, está

- disposto a comparticipar a construção do Centro de Saúde da Quinta do Conde, tal como fez com o Centro de Saúde de Sesimbra.
- O atraso no lançamento do caderno de encargos desta obra, que naturalmente os eleitos do PS lamentam, decorre naturalmente das contingências extraordinárias decorrentes da crise sanitária do COVID19, a qual o Ministério da Saúde tem sido o principal agente, a para da DGS, de gestão.
- O Partido Socialista tem, desde sempre, estado na linha da frente na construção e reabilitação das unidades de saúde do concelho, tal como com a nova USF na freguesia de Santiago, fruto do excelente trabalho da Vereadora do PS Cláudia Mata, que geriu o pelouro da Saúde até 2017 e a qual teve uma influência determinante na assinatura do protocolo entre CMS e ARS para a construção dessa unidade.

Os Eleitos pelo Partido Socialista na
Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

16 de Abril de 2021



DECLARAÇÃO DE VOTO MOÇÃO CENTRO DE SAÚDE – CDU

O PSD vai utilizar parte do texto da sua Moção apresentada nesta mesma sessão da Assembleia de Freguesia, como reforço da necessidade urgente deste equipamento, mas não deixando de mencionar e relembrar que a CDU, faz parte da maioria parlamentar desde 2015, que tem suportado o Governo que agora acusa de incumprimento, aprovando todos os Orçamentos de Estado.

Em 23 de Julho de 2012, foi inaugurada a Unidade de Saúde da Quinta do Conde, que apesar dos muitos avanços e recuos que o processo conheceu, já não dava resposta aos mais de 25 mil habitantes da Freguesia.

Passados quase nove anos da sua inauguração, a população efectiva da Quinta do Conde, quase que duplicou, estando neste momento estimada em mais de 45 mil habitantes.

A Quinta do Conde é a Freguesia com mais habitantes do Concelho de Sesimbra, onde grande parte da população não tem o acompanhamento médico necessário de saúde primário devido a um reduzido espaço fisico das instalações, à falta de médicos e enfermeiros de familia.

O PSD, lamenta o atraso na construção de um equipamento tão importante de saúde primária para os utentes da freguesia da Quinta do Conde, que só não haverá uma nova Unidade de saúde na Quinta do Conde se o Governo não quiser.

Face ao exposto, o voto favorável do PSD.

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta Conde

Quinta do Conde, 16 de Abril de 2021

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida



PAOD – Documento 13 – Pela Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde

O grupo político do MSU vota favoravelmente esta moção, mas não pode deixar de notar o seguinte:

- Entre o ganho de causa que a CDU tem com este tema e a sua efetiva resolução ficamos, por vezes, com a ideia que, para a CDU, é mais importante capitalizar o tema mediaticamente do que efetivamente resolvê-lo ou, pelo menos, resolvê-lo de modo a se poder assegurar que a conquista equivale à receção da maioria dos louros e créditos;
- 2. Na constante guerra dos números, onde se envolvem CDU, PS e também PSD neste caso, no passa culpas já muito cansativo entre o apuramento de responsabilidades entre os atuais e os anteriores governos pelo facto das infraestruturas para a Quinta do Conde, nomeadamente, a expansão do Centro de Saúde não avançarem, notamos que a população surge como a única prejudicada;
- 3. Que a CDU e o PCP, dando apoio parlamentar ao Governo na atual e anterior legislatura, viabilizando, até agora, todos os orçamentos de estado, se revela conivente e cúmplice do atual estado de coisas, naquilo que são as legítimas aspirações dos quintacondenses. E, aí, não há tribunas públicas que possam obviar ou fazer esquecer esta questão contraditória no comportamento do PCP e da CDU.

Os eleitos pelo MSU.

Hélder Gaboleiro



PAOD - Documento 14 - Os Valores de Abril e Maio de 1974

O grupo político do MSU vota favoravelmente esta recomendação, mas gostava de reiterar que o 25 de abril e as suas conquistas para a população portuguesa são património de todos os que têm a democracia a correr-lhe no sangue e a defendem sem reservas.

Democracia que é incompleta, que se encontra em permanente construção, que é tensa e permite contraditório.

Conquista de trabalhadores, mas também incluindo e sem descriminar quem, com diversos fatores – conhecimento, trabalho e capital – os põe ao serviço das suas comunidades e seu desenvolvimento. Com visões distintas, que se saúdam, claro.

As distorções a que qualquer construção humana pode estar sujeita não têm categoria ou orientação política dominante e sabe o MSU, por experiência própria, atentando à recente revisão dos preceitos da lei em relação às candidaturas independentes autárquicas, poderão vir de quem menos se espera e, às vezes, até de quem joga e defende o jogo democrático. Cabe às instituições e ao desenho da democracia um equilíbrio de poderes que possa regenerar continuamente a eventuais distorções que lhe tentem infligir. Sem ter em conta de quem vêm!

A liberdade, definida aqui como pleonasmo, não tem dono!

Os eleitos pelo MSU.

Hélder Gaboleiro



POD – Ponto 3 – Apreciação e Votação da Revisão do Regulamento Geral e Tabela de Taxas da Junta de Freguesia da Quinta do Conde

O grupo político do MSU vota contra um regulamento geral e tabela e taxas da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, que tendo a aprovação em reunião do executivo, não revelou competência e disponibilidade, mesmo despois de alertado para o efeito em sede da Assembleia de Freguesia, para incluir os grupos políticos de cidadãos independentes, na utilização dos espaços (salas) da Freguesia, como equiparados a associações, coletividades, instituições autárquicas e partidos políticos, tal como disposto no n.º 3 do Artigo 4º do anexo do regulamento referido.

Independentemente de declarações de boa-vontade que possam ter existido, o que está estatuído, para todos os efeitos, neste regulamento, é que os grupos de cidadãos, organizados de forma enquadrada na lei, poderão ter de pagar a utilização das salas, património de todos os cidadãos quinta condenses.

Diríamos que, para utilização distinta de atividades de cariz empresarial e, se de acordo com princípios de sã democracia e debate de ideias, deviam os espaços da autarquia estar abertos, sem custos para todos os cidadãos, para a rés pública.

Voltamos a reiterar: A liberdade e a democracia, não têm dono!

Os eleitos pelo MSU.

Hélder Gaboleiro



POD – Ponto 4 – Apreciação e Votação dos documentos de Prestação de Contas correspondentes ao ano 2020

O grupo político do MSU foi o percursor da desmontagem da narrativa de que a suborçamentação da Junta de Freguesia da Quinta do Conde derivava, única e exclusivamente, de um preceito legal que limita a transferência de verbas do Estado Central para as Freguesias, nomeadamente, as de rápido crescimento populacional, agravado pelas medidas de austeridade do período de intervenção da *troika*.

Apesar desta narrativa não ser uma inverdade, ela esconde uma outra perspetiva que não é convenientemente referida, por não interessar à coligação autárquica que governa a Câmara Municipal de Sesimbra e a Junta de Freguesia da Quinta do Conde: A Câmara Municipal de Sesimbra não é solidária com a Junta de Freguesia da Quinta do Conde porque, reconhecendo as forças políticas dominantes no governo autárquico (PCP) essa insuficiência, nunca se motivaram a efetuar um efetivo processo de transferência de competências que, acompanhado de um equilibrado envelope financeiro, pudesse colmatar, ou na dúvida, atenuar o subfinanciamento crónico da Junta de Freguesia.

O MSU foi desmontando esta narrativa incompleta e, em 2020, vimos o valor das transferências do Estado Central aumentar cerca de 10.000 Eur (dez mil euros) em relação ao valor inicialmente orçamentado pela Junta de Freguesia e as transferências executadas da Câmara Municipal a apresentar valores de execução com desvios consideráveis em relação ao orçamentado: no exercício de 2020, a Junta de Freguesia tinha orçamentado transferências da Câmara Municipal na ordem dos 232.000 Eur (duzentos e trinta e dois mil euros), que só foram executadas em cerca de 175.000 Eur (cento e setenta e cinco mil euro).

Um desvio negativo na ordem dos 58.000 Eur (cinquenta e oito mil euros) que ninguém sabe explicar.

Sendo que as contas são resultantes de escolhas políticas e que não podem ter em conta apenas considerações técnico-burocráticas, o MSU abstém-se da prestação de contas de 2020, assim como já o tinha efetuado, aquando da apresentação do respetivo orçamento.

Os eleitos pelo MSU.

Hélder Gaboleiro



Declaração de Voto

Considerando que o mundo tal como o conhecemos sofreu uma profunda alteração nestes últimos tempos, que as vivencias diárias do cidadão comum foram profundamente afetadas, decorrentes de uma Pandemia onde já se prevê um fim, mas que ainda não conseguimos definir as totais consequências da mesma para a sociedade contemporânea. É fundamental que nos adaptemos à nova era que ai advêm.

Entende o Bloco de Esquerda, que os serviços públicos devem assumir um papel inovador e vanguardista na gestão social e no apoio ao cidadão e ao meio ambiente.

È necessário desenvolver novas formas de ligação entre o estado e o indivíduo. Mais informatização dos serviços públicos, um maior e mais célere vínculo entre quem governa e é governado, mais sistemas de apoios à população carenciada, gabinetes e serviços onde cada um possa esclarecer duvidas, ser apoiado na doença e na velhice, interligar os jovens da região com o estado e as empresas, auscultar os empresários locais relativamente às suas necessidades e apoios necessários, entre muito mais.

Assim, gostaríamos de ter visto uma maior coesão entre a Junta de Freguesia os empresários locais, a população em geral e ainda o meio ambiente.

Desta forma, entende o Bloco de Esquerda que as verbas e fundos disponibilizados e existentes podem ser usados com outra configuração completamente divergente, direcionadas mais para a população e menos para a gestão corrente, é sempre possível fazer mais e melhor, mesmo em tempos de Pandemia.

Porque vivemos tempos únicos, intrincados, intensos e imponderáveis, onde cada um tem de mostrar o que de melhor existe em si, o nosso sentido de voto é o da **Abstenção** relativamente à Prestação de Contas correspondentes ao ano 2020.

Quinta do Conde, 16 de abril de 2021

O Eleito do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia



DECLARAÇÃO DE VOTO REVISÃO ORÇAMENTAL 01/21

Foi apresentado hoje nesta assembleia de 16 de Abril de 2021, a primeira Revisão Orçamental de 2021, com o valor de 75.009.13€, com uma diferença de -23.455.22€ em relação ao passado ano.

Num ano em que nos defrontámos com uma pandemia que originou uma questão social sem precedentes, este valor deveria ter sido revertido em apoios sociais às famílias mais carenciadas da Freguesia. No entanto, verificamos uma falta de sensibilidade deste Executivo, relativamente a esses apoios sociais, que têm sido muito ténues.

O PSD absteve-se na votação da Conta de Gerência de 2020, não o vai fazer nesta Revisão Orçamental porque este valor tem que ser incorporado no orçamento da Junta de Freguesia, apesar de não concordar com este saldo, conforme já expressado.

Assim, e coerentemente com o descrito, o nosso voto favorável.

Quina do Conde, 16 de Abril de 2021

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Isabel Lobo da Silva Carlos Almeida



POD – Ponto 5 – Apreciação e Votação da Revisão Orçamental 01/2021

O grupo político do MSU foi o percursor da desmontagem da narrativa de que a suborçamentação da Junta de Freguesia da Quinta do Conde derivava, única e exclusivamente, de um preceito legal que limita a transferência de verbas do Estado Central para as Freguesias, nomeadamente, as de rápido crescimento populacional, agravado pelas medidas de austeridade do período de intervenção da troika. Como já foi amplamente provado pelas intervenções do grupo político do MSU, a Câmara Municipal de Sesimbra não é solidária com a Junta de Freguesia da Quinta do Conde porque nunca esta se motivou a efetuar um efetivo processo de transferência de competências que, acompanhado de um equilibrado envelope financeiro, pudesse colmatar, ou na dúvida, atenuar o subfinanciamento crónico da Junta de Freguesia.

Nesse sentido, a intenção inicial do grupo político do MSU seria reprovar a revisão orçamental, tal como já tinha votado contra o exercício orçamental para 2021, apresentado no final do ano passado.

Mas, perante o compromisso afirmado pelo Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, reiterando que o executivo está empenhado numa "outra frente de trabalho, que é considerar os valores insuficientes. No entanto, já acordámos valores substancialmente superiores para o ano 2022", decidiu o grupo político do MSU dar o benefício da dúvida e abster-se da presente revisão orçamental.

Este sentido de voto só é possível com a assunção deste compromisso de honra assumido do Senhor Presidente da Junta, que deve ser transmitido ao próximo executivo, independentemente da correlação de forças políticas existentes. Achamos que este é um desígnio para qualquer força política com representação política local e que afirme a defesa dos interesses dos quintacondenses.

Os eleitos pelo MSU.

Hélder Gaboleiro



-- DECLARAÇÃO POLÍTICA DO MSU - MOVIMENTO SESIMBRA UNIDA -ASSEMBEIA DE FREGUESIA DA QUINTA DO CONDE

16/04/2021

Neste último mandato autárquico, na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, mas também já no mandato anterior, o grupo político do MSU, foca-se no essencial, ou seja, em trazer assuntos que, no âmbito local, têm relevância para os fregueses, nomeadamente:

- Saudar instituições que têm relevância no contexto local;
- Recomendações e moções que têm em comum versarem sobre a vida local e resolução de problemas e anseios da população, como sejam:
 - a. O reconhecimento do esforço e da entrega, até com a sua própria vida, dos que desempenham funções policiais e zelam pela segurança da comunidade;
 - As soluções que preconizámos para a relocalização da Feira-Festa que permitiriam, em tempo útil, a construção do Anfiteatro e Biblioteca na Quinta do Conde, projeto já tão prometido, mas de momento apenas com mais um mandato pela frente para poder ser cumprido;
 - c. Medidas de facilitação de uso de equipamentos de desporto coletivo, que podem facilmente ser implementadas, que agora ainda poderão ter mais propriedade, dada a urgência da comunidade voltar a ter atividade desportiva, depois de tantos meses de inatividade;
 - d. Um conjunto de soluções de mobilidade suave para a Quinta do Conde que contém medidas imediatas de correção e de outras, mais complexas, do domínio do planeamento ou replaneamento, porque assumimos, sem medos, que pode não ser tudo feito bem à primeira, mas não dispensa a reflexão para o futuro;
 - e. Das sugestões de melhoria, agora já amplamente reconhecidas, mesmo pelos promotores, nas iniciativas destinadas a apoiar o comércio local;
 - f. Por fim, na construção da nossa bandeira, agora até já amplamente aproveitada por outras forças políticas, sobre as oportunidades geradas pelo movimento de descentralização, baseado na operacionalização do princípio de subsidiariedade, nomeadamente de competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia no mesmo diapasão que o executivo da Junta de Freguesia reclama, também, com legitimidade, sobre a escassa afetação de recursos do Estado Central à Quinta do Conde.

Portanto, um conjunto coerente de intervenções que estimamos propalar e perpetuar. Para este mandato e para os próximos!

Isto porque, apesar dos cozinhados de ataque à democracia por parte da maioria dos partidos políticos, nos procedimentos que esta já tomou como bons e que têm como alvo todas as medidas que possam dar uma ideia de ter um pendor mais direto e com envolvimento superior de cidadãos, representando esses ataques um sensível recuo na qualidade da democracia em Portugal, não nos vão demover da nossa ação.

Essa posição fica demonstrada pela ação da maioria dos partidos políticos, no ataque cerrado que fizeram aos movimentos de cidadãos e sua participação na vida política autárquica, que deveria ser essência base de uma democracia madura, onde a representatividade dos partidos políticos cabe, mas pode e deve ser complementada pela participação de conjuntos de cidadãos auto-conscientes e auto-organizados. Em 2020, este preceito democrático foi fortemente condicionado, para não dizer cancelado, pelas recentes alterações da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.

No MSU, há a opinião que este ataque vai ter consequências enormes na qualidade da democracia em Portugal e vai escancarar portas para partidos políticos de base populista e demagógica se imporem no panorama político nacional e autárquico. Tudo porque os partidos políticos com representatividade maioritária na Assembleia da República portuguesa nestes mais de 40 anos decidiram "calar o bico" aos verdadeiros movimentos de cidadãos, por motivos fúteis e de mero cálculo eleitoral. Incluímos aqui PS, PSD e PCP nesse rol. Contem com a nossa resistência.

-- FIM -